

memória **CULT**

Ouro Preto - MG - Brasil - Ano III - nº 7 - maio de 2013



Nhá Chica: a beata do Sul de Minas
Descoberta das ruínas de capela...

INÉDITO

Meio Ambiente e Cidadania: São Lourenço na vanguarda
A Comenda Ambiental e seus desdobramentos

Entrevista: Folclore Político e outras histórias
Jornalista Sebastião Nery

ditorial



Este número da Memória **CULT**, em edição especial, é dedicado ao tema ambiental, personificado na Comenda Ambiental Estância Hidromineral de São Lourenço e à Santinha Nhá Chica, a beata do Rio das Mortes, distrito de São João del-Rei, que, em Baependi, dedicou-se aos pobres e humildes.

Desdobrando a cerimônia de agradecimento da Comenda Ambiental Estância Hidromineral de São Lourenço, há o registro dos vários eventos que gravitaram em torno daquele tema ambiental, como a presença do INHOTIM em trabalho de conscientização de escolares e da população em geral.

Igualmente, o projeto S.A.C.I. - Sociabilização, Arte e Cultura na Infância - com suas diferentes ações, como: brinquedoteca, museu do brinquedo, teatro e música, agregou valores específicos nas comemorações da Semana da Água na cidade.

Ao lado dos aspectos cívicos, como o início de cavalgada conduzindo o Fogo Simbólico da Liberdade, rumo a Ouro Preto, onde sempre chega em 21 de abril, por caminhos e cidades da Estrada Real, o Seminário sobre Acessibilidade em Cidades Turísticas trouxe à cidade - e dela repercutindo - novos olhares e propostas acerca dos cuidados necessários com crianças, idosos e deficientes, e gerou a "Carta de São Lourenço".

O Juiz Bruno Terra Dias brinda-nos com seu artigo Acessibilidade e Democracia, demonstrando, assim, sua lúcida preocupação com a cidadania.

Sobre Nhá Chica, a Irmã Sandra Aparecida Gontijo, que vive em Baependi, traz a história da beata e seus milagres.

Luís Giffoni, mais um especial colaborador, contribui com artigo em que sua verve literária ainda mais aflora, para deleite de todos nós.

O Historiador Wainer Carvalho Ávila, sempre presente nas causas cívicas, depõe acerca da beata, sua conterrânea, inspiradora do Instituto homônimo por ele criado.

A seguir, na série sobre a "santinha" do Sul de Minas, sensível ensaio da Ensaísta Ivanise Junqueira, que desde tenra idade é sua devota.

Na undécima hora, dia 27.04.2013, conseguimos, em primeira mão, registrar a descoberta relatada pelo Historiador José Antonio de Ávila Sacramento, acerca do local de batismo de Nhá Chica.

O Promotor Marcos Paulo de Souza Miranda, grande guardião da cultura mineira, apresenta os antigos - novos - caminhos mineiros, entrelaçando as rotas comerciais às de escoamento aurífero em nossas terras no passado.

Iniciando esta edição, a entrevista com o conhecido e reconhecido Jornalista Sebastião Nery, autor da série Folclore Político, revela outras interessantes histórias.

Na capa, uma retratação de São Lourenço.

Boa Leitura.

Eugênio Ferraz*

Diretor Executivo e Editor Geral da Memória **CULT**

***Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do IHGMG e da Arcádia de MG, é o Diretor-Geral da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais**

Sumário

Foto: Javier Ceballos

Foto: Eugênio Ferraz



10 Comenda Ambiental Estância Hidromineral de São Lourenço



30 Nhá Chica: a beata do Sul de Minas

06 Página do Artista
Luiz Mondego

07 Folclore Político e outras histórias
Entrevista com o Jornalista Sebastião Nery

20 Águas que abraçam o mundo

27 Minas: nascente do Brasil

28 Acessibilidade e Democracia

35 Rosas para Nhá Chica



36 Nhá Chica de Rio das Mortes Pequeno

38 Emoção e fé

41 Apenas coincidência...???

44 Caminho do comércio: mais uma Estrada Real nas Minas Gerais

Espaço do leitor

Agradecemos o envio de críticas, sugestões e comentários para o aprimoramento desta revista: memoriacult@gmail.com

A Memória **CULT** poderá editar manifestações de leitores selecionadas para publicação, não necessariamente na edição subsequente.

Prezado.

Recebi a preciosa revista "Memória **CULT**", de dezembro de 2012. Parabéns pela feição gráfica e pela substancial edição. Apreciei, de forma especial, o artigo do Promotor de Justiça, nosso colega no Instituto Histórico, Marcos Paulo de Souza Miranda, sobre Tancredo Neves, mostrando uma faceta pouco conhecida do ex-Presidente. No dia 7 de maio de 2013, às 19 horas, na sede da Associação Mineira do Ministério Público, eu, o Marcos Paulo e outros colegas do Ministério Público, instalaremos a Academia de Letras do Ministério Público de Minas Gerais.

Um abraço do colega e amigo,

Luiz Carlos Abritta
Procurador de Justiça Aposentado

Exmo. Sr. Diretor Executivo e Editor-Geral da Revista Memória Cult e Diretor Geral da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais,

Venho agradecer a V. Exa. o envio da edição número 06 da "Memória **CULT**".

No ensejo, cumprimento o nobre Diretor e toda a equipe da Revista pela forma objetiva, bem escrita e bem ilustrada com que brinda a todos nós, trazendo, a cada publicação, significativas etapas da nossa história e a memória de seus ilustres construtores, com importantes artigos sobre o nosso rico patrimônio cultural e artístico.

Com votos de contínuo sucesso,

Maria Coeli Simões Pires
Secretária de Estado de Casa Civil e Relações
Institucionais de Minas Gerais

Não só a cada homem é sábio o "conheça-te a ti mesmo", mas também a cada nação, e para se conhecer a si mesmo é imprescindível a cada homem e a cada nação a pesquisa do passado, e sobre o passado, muita meditação.

Que isto seja uma inspiração para a Memória **CULT**, extraordinário empreendimento, de forma e fundo admirável.

O meu abraço, o meu aplauso, e a minha mensagem: vá em frente, que viver é... ultrapassar.

Zaidan Baracat
Advogado

Expediente memória **CULT**

Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil - Ano III - nº 7 - maio de 2013

Diretor Executivo e Editor Geral | Eugênio Ferraz - Reg.: 8.172-MG

Editor | Petrônio Souza - Reg.: MG 07124/JP

Projeto Gráfico | Raphael Simões

Revisão Ortográfica | Acácio Cândido da Silveira Santos

As manifestações expressas em artigos assinados são de inteira responsabilidade dos respectivos autores e não refletem, necessariamente, a opinião da publicação.

Foto do quadro da capa - Gustavo Carraro

Luiz Mondego

Nascido no Rio de Janeiro, Luiz Mondego começou sua vida profissional na extinta revista “O Cruzeiro”, como desenhista de quadrinhos, onde conheceu Manoel Tenreiro, filho do renomado artista Joaquim Tenreiro, com quem manteve uma forte amizade.

Em 1980, foi convidado a trabalhar no “Jornal do Brasil” como ilustrador. Em 1984 aceitou o convite para chefiar o departamento de arte do jornal “O Dia”, e nessa época Luiz Mondego produzia ilustrações para diversas revistas, fazia cartoons, caricaturas, capas de livros, discos, além de desenvolver a produção de seus quadros.

Em 1990 foi convidado pelo galerista Paulo Cezar para fazer parte do quadro de pintores da Bourguese, sua galeria.

Foi aí que definitivamente deixou a imprensa e se dedicou inteiramente à pintura.

Em 1995 fez sua primeira exposição individual na galeria Bourguese do Shopping da Gávea.

Imortal da “Academia Brasileira de Belas Artes”, ocupando a cadeira 23, vem expondo nos dias atuais em galerias do Brasil, Europa e Estados Unidos.

Fotos: Gustavo dos Santos Carraro



Título: Fonte Vichy / Técnica: Óleo sobre tela
Tamanho: 70 X 100cm

Foto: acervo pessoal



Folclore Político e outras histórias

Foto: Petrônio Souza



Irrequieto, genial, nobre, de sabedoria ancestral, assim foi e é a vida do jornalista Sebastião Nery, uma eterna e renovada manchete de jornal

Pai do “Folclore Político” brasileiro e um dos maiores jornalistas deste país em todos os tempos, o baiano de Jaguaquara **Sebastião Augusto de Souza Nery** viu, viveu e escreveu a história do Brasil nos últimos 50 anos. Prova disso é o livro que finaliza, com o revelador título “Ninguém me contou, eu vi”, um testemunho e um relato do Brasil de Getúlio Vargas a Dilma Rousseff, o Brasil das grandes mudanças e transformações, que teve em Sebastião Nery um de seus maiores cronistas, publicando os bastidores e as mazelas de nossa pobre política diária em dezenas de jornais Brasil a fora.

A vida de Nery foi uma verdadeira saga, uma epopéia moderna, com o inesperado lhe abrindo caminhos e direcionando passos. É um dos raros casos que mesmo não sendo político tradicional, foi eleito vereador em Belo Horizonte, deputado estadual na Bahia e deputado federal pelo Rio de Janeiro. Nascido em 8 de março de 1932, um bebê fraco e debilitado, chegou a ser chamado por familiares de “defuntinho”. Sobreviveu e viveu em completa reclusão pela frágil saúde até os cinco anos. Entrou para o Seminário aos 12, indo de Jaguaquara para Salvador. Tudo por que a professora do colégio viu o gênio que nele existia e lhe deu a direção inicial: “Você precisa deixar isso aqui, seu caminho é maior”. Ele, desde bem pequenino, acompanhando a vida campesina dos pais no interior da Bahia, se deitava debaixo de uma jaqueira e ficava mirando o céu infindo e imaginando os vôos que iria dar. Pensava ele: “um dia eu monto em uma nuvenzinha dessas e me mando daqui”. Se mandou, pelos inúmeros caminhos do mundo, vida a fora.

No Seminário, conheceu a grande paixão da sua vida, aquela que amaria a vida inteira, como revela em seu livro “A Nuvem”, quando perto de completar 80 anos montou em sua nuvenzinha e fez uma viagem contrária, voltando ao ponto originário, contando em texto leve e bem humorado toda a sua história, de forma reveladora. Jovem, depois de avassaladora paixão, deixou o Seminário em Salvador rumo à capital federal, o Rio de Janeiro. O ônibus quebrou no caminho, em Minas, na cidade de Pedra Azul. Por lá ficou um ano, lecionando latim, francês e português. Tinha apenas 18 anos. Depois veio para em Belo Horizonte, quando cursou Filosofia e descobriu a sua verdadeira vocação: o jornalismo. Aí começa uma nova história.

*“se deitava debaixo
de uma jaqueira e
ficava mirando o céu
infindo e imaginando
os vôos que iria dar.
Pensava ele: um dia
eu monto em uma
nuvenzinha dessas e
me mando daqui”*

“Duro foi aguentar a gozação dos amigos da faculdade: *Você quer rifar o Papa para ir a Moscou!*”

Em Belo Horizonte você foi aprovado para a Faculdade de Filosofia em primeiro lugar e como você chegou ao jornalismo?

Tudo começou na Faculdade de Filosofia, com o nosso mimeografado jornal “A Onda”, que o saudoso governador Milton Campos chamava de “Vagalhão”, pelo seu caráter combativo e independente. Esse jornal fez história, mudou os quadros da Faculdade, fez uma verdadeira revolução. Essa experiência meu deu a dimensão do jornalismo, me mostrou o que realmente queria. Um dia eu fui à redação do Diário, um jornal ligado à Igreja Católica, onde encontrei aquela grande figura humana, o José Mendonça. Bom, ele me pediu que redigisse um texto e que se meu texto fosse publicado no dia seguinte eu estaria contratado. Eu nem dormi. Fomos para o botequim esperar o jornal rodar que saía sempre às duas da manhã. Fechou o bar, ficamos bebendo na calçada eu e um grupo de amigos, esperando. Peguei o primeiro jornal do dia, li página por página e nada, deu um desespero... foi aí que o meu amigo pegou o jornal e disse: Nery, seu texto chama-se “A lei e a ordem”? Disse que sim, quando ele apontou na página do jornal: “Então veja aqui meu amigo, o seu texto está ao lado do editorial”. Foi assim que tudo começou.

Líder estudantil na Belo Horizonte dos anos 50, Sebastião Nery, já envolvido com a militância clandestina do Partido Comunista, foi eleito vereador, em 1954, mas impedido de assumir o mandato por estar ligado ao Partido Comunista (Patridão), mesmo sendo eleito pelo Partido Socialista. Anos depois, comentaria que sua eleição se deu não por votos destinados diretamente a ele, mas ao Partido Comunista, que teria nele um representante na Câmara da capital mineira. Pouco tempo depois Nery se casou em Belo Horizonte, indo, posteriormente, sozinho, como um dos quadros do Partido Comunista, para Moscou.

“Nessa viagem eu comecei a conhecer o mundo... era muito novo, com meus vinte e cinco anos. Eu havia programado uma rede de informações que enviava matérias direto de Moscou, do Festival Internacional da Juventude Comunista, em 1957, para alguns jornais, isso me permitiu ficar mais um pouco por lá. Então conheci bem a Rússia comunista e parte da Europa. O Partido Comunista, por meio dos companheiros, nos pagava tudo, mas as passagens fomos nós que pagamos. Para conseguir o dinheiro vendi minha coleção inteira da revista Manchete que guardava desde o primeiro número, 250 revistas. Mas não era suficiente. Foi aí que um amigo, tio de minha esposa, excelente pintor, Augusto Rezende, ligado aos comunistas, pintou um retrato do Papa para ser vendido, o que fiz em uma rifa, uma pintura para ficar exposta em biblioteca ou repartição pública. Com isso consegui o dinheiro das passagens. Duro foi aguentar a gozação dos amigos da faculdade: “Você quer rifar o Papa para ir a Moscou!”

De volta ao Brasil, Nery retorna à Bahia onde funda, em Salvador, o Jornal da Semana, quando lança o slogan: “Jornal da Semana, conta aos sábados o que os outros jornais esconderam durante a semana”. Pelas denúncias do jornal é impedido de imprimir-lo nas gráficas baianas, indo editar o jornal no Rio de Janeiro. Por suas atividades, é eleito deputado estadual e cassado pelo Golpe de 64. Preso em Salvador e libertado, passa a viver na clandestinidade em São Paulo, contando sempre com a ajuda dos amigos. Ao retomar suas atividades no jornalismo, passa a ser porta voz de Brizola no Brasil, que desde o Golpe vivia no exílio.

Com a abertura, atuou ao lado de Brizola e fundou o PDT, sendo eleito deputado federal pelo Rio de Janeiro. Em meio ao mandato, rompe com Brizola que condiciona Nery a escolher entre a sua prestigiada coluna na Tribuna da Imprensa e o PDT. O que o torna ferrenho opositor ao velho caudilho. Nery vê no jovem governador de Alagoas, Fernando Collor, a grande novidade política pós-abertura e junta-se à campanha presidencial do Caçador de Marajás. Para ele, “estava tudo claro. Naquele momento o Brasil não queria uma liderança política conhecida, queria algo novo, distante de tudo que havia antes e depois da Ditadura. E o Collor, de uma certa maneira, representava essa figura”. Após a eleição de Collor, Nery se torna Adido Cultural do Brasil em Roma e Paris, recebendo e convivendo com a política brasileira oficialmente na Europa.

Como correspondente da Última Hora, testemunha o nascimento do Partido dos Trabalhadores: “O PT não nasceu em São Bernardo. Nasceu em Criciúma. Eu vi. Em 1978, o líder estudantil e jovem deputado federal do MDB de Santa Catarina, Walmor de Lucca, promoveu em Criciúma, sua terra, um Seminário Trabalhista nacional com os grupos políticos de esquerda que se reorganizavam lutando pela anistia e as mais destacadas lideranças sindicais da oposição. Lula estava lá. E também Olívio Dutra, bancário do Rio Grande do Sul, Jacó Bittar, petroleiro de Campinas e outros líderes sindicais do ABC paulista, Rio, Minas, Paraná, Bahia. Desde o primeiro instante, um tema polarizou os debates: As lideranças sindicais devem entrar para partidos? O Lula era totalmente contra. O argumento dele era que os sindicatos eram mais fortes do que os partidos e a política descaracterizava o movimento sindical e desmoralizava os trabalhadores. E discutimos isso durante dias. Naquele encontro eu e outros defendíamos a tese da união dos trabalhistas e socialistas em um partido sob a liderança de Brizola, que ainda estava no exílio, em Lisboa. Lula não queria partido. Mas muitos líderes sindicais queriam um partido. Aí vi que o Lula começou a balançar, sabendo que o partido seria um braço para os sindicatos menores, que eram mais de 90% em todo o Brasil. A partir daí o Lula já havia mudado de opinião. Em 1980 o partido nasceu, o PT. Como vê, o Walmor deveria receber o título de parceiro”.

Convivendo com a política nacional por dentro, nos bastidores e diante dos holofotes, muitas são as histórias que Sebastião Nery presenciou e relatou ao Brasil em suas crônicas, seguidas durante anos, diariamente, pelo mundo político. Foi, com toda certeza, um dos jornalistas políticos mais influentes nas décadas de 80 e 90 do século passado. Residente hoje no Rio de Janeiro, Nery ainda mantém suas atividades, escrevendo três vezes por semana em alguns jornais e blogs.

Sobre Minas Gerais Nery diz: “a minha vida se passou em três Estados, primeiro na Bahia, onde nasci e me formei culturalmente, depois Minas, em Pedra Azul e Belo Horizonte, onde tudo começou e descobri o mundo e no Rio de Janeiro, onde hoje moro, depois de anos e anos de trabalho no jornalismo e na política. Então, Minas é parte de minha vida, é minha história, foi onde nasceu meu primeiro filho, Jacques, e onde conheci minha primeira esposa. Recentemente recebi o convite para receber a Comenda Ambiental Estância Hidromineral de São Lourenço, mas fiquei impossibilitado de ir. Mas espero recebê-la no próximo ano e voltar a Minas, este Estado que é minha segunda casa”, finaliza, tranquilo, Sebastião Augusto de Souza Nery.

**“O PT não nasceu
em São Bernardo.
Nasceu em
Criciúma. Eu vi.”**

Comenda Ambiental Estância

O parque das Águas de São Lourenço, no Sul de Minas, por meio da Comenda Ambiental Estância Hidromineral de São Lourenço

A proposta foi apresentada pelo Ministério Público de Minas Gerais, por meio da Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais que encaminhou, oficialmente, ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, pedido de tombamento do Parque das Águas da cidade, com a justificativa de que “O Parque das Águas de São Lourenço seja alvo de proteção por tombamento em função de seu

relevante valor cultural para o município e o Estado”. O processo de tombamento do Parque das Águas pede ainda o registro do uso tradicional das águas minerais de São Lourenço como patrimônio cultural imaterial do povo mineiro. A proposta foi feita juntamente com a Promotoria de Justiça de Defesa da Bacia do Rio Grande e a Promotoria de Defesa do Patrimônio Cultural da Comarca de São Lourenço.

“O processo de tombamento do Parque das Águas pede ainda o registro do uso tradicional das águas minerais de São Lourenço como patrimônio cultural imaterial do povo mineiro.”



Hidromineral de São Lourenço

será tombado, como foi anunciado durante a entrega de São Lourenço deste ano, que aconteceu no dia 21 de março

Com vários eventos e ações paralelas, a entrega da Comenda ficou marcada também pela realização de Seminário sobre Acessibilidade em Cidades Turísticas, que contou com a presença de autoridades e de grandes especialistas no assunto em nosso país. Ao final do evento foi divulgada a **“Carta de São Lourenço”**, fruto das idéias e dos debates que aconteceram durante o Seminário. A divulgação da Carta foi considerada pelos especialistas presentes como um marco na questão da acessibilidade em nível nacional. A **“Carta de São Lourenço”** pede pela conscientização do poder público quanto à acessibilidade, garantindo a todos o princípio constitucional do ir e vir, principalmente para crianças, idosos e deficientes físicos.

Cidadania

Na abertura do Seminário ocorreram apresentações musicais que animaram o início do evento. O primeiro grupo a se apresentar foi o **Coral Vozes da Cela**, projeto de cidadania que faz a integração social por meio da música com detentos reeducandos. A seguir foi a vez da apresentação do fantástico **“Grupo de Percussão Djumbê”**, da APAE de São Lourenço, cujos integrantes receberam efusivos aplausos. A APAE local conduz um dos mais brilhantes trabalhos de cidadania e inclusão social em nosso Estado.

Foto: Eugênio Ferraz





Juiz Bruno Terra Dias; Chanceler da Comenda Ambiental Eugênio Ferraz; Procurador Geral do Estado de MG Carlos André Mariani Bittencourt; Presidente da Câmara Waldinei Alves Ferreira; Vice-Prefeita Patrícia Pereira Lessa e Promotor Marcos Paulo de Souza Miranda



Paralelamente ao Seminário aconteceu o início da IX Cavalgada da Inconfidência Mineira



Público presente



"Grupo de Percussão Djumbê", da APAE/São Lourenço



Coral Vozes da Cela, projeto de reinserção social

Carta de São Lourenço

Durante a realização da terceira edição da entrega da Comenda Ambiental Estância Hidromineral de São Lourenço, idealizada pela ensaísta Ivanise Junqueira, que tem como Chanceler Eugênio Ferraz, realizada no ano de 2013, nesta destacada Estância do Sul de Minas, quando ocorreu o "I Seminário sobre Acessibilidade em Cidades Turísticas", com a participação de especialistas no assunto, autoridades, estudantes e sociedade civil, a Carta de São Lourenço vem declarar que:

1 - A acessibilidade é um direito universal da pessoa humana, pois ela viabiliza o exercício dos benefícios da civilização por todos.

2 - O turismo é agregador, garantindo a todos a vivência do belo e humanizado, na natureza e nas culturas, propiciando expressão maior à cidadania.

3 - É característica do turismo mostrar a multidiversidade dos povos e sua contribuição à consolidação da unidade da Nação.

4 - O direito de acessibilidade aos bens culturais e turísticos tem estatura constitucional, permitindo a fruição coletiva (art. 215) e o acesso universal (art. 244). A dignidade da pessoa humana o informa e inspira, como princípio fundamental da República, inscrito na Constituição.

5 - Reconhece o papel fundamental do Ministério Público, instituição essencial à Justiça, em sua missão como um dos bastiões da República e da Democracia.

6 - Que a Administração Pública exerça sua função social por meio de orçamentos que adequem suas obras edificadas e novas construções às normas de acessibilidade.

7 - A educação inclusiva é direito da pessoa com deficiência, sem discriminação e com igualdade de oportunidades.

8 - Que sejam criados pelas administrações municipais conselhos, coordenadorias e comissões permanentes de acessibilidade, com a presença e participação de pessoas com deficiência, para se discutir políticas públicas, ações e boas práticas voltadas às pessoas com deficiência que integram as comunidades.

9 - Que o município de São Lourenço inspire os municípios mineiros e brasileiros a exercerem o debate e a consciência de um mundo com acessibilidade, valorizando e respeitando a vida em sociedade.

Assim, divulgamos a Carta de São Lourenço, fruto do debate e do pensamento das pessoas que juntas participaram do I Seminário sobre Acessibilidade em Cidades Turísticas.

Assinam esta carta neste dia 22 de março de 2013

José Neto – Prefeito de São Lourenço
 Patrícia Pereira Lessa – Vice-prefeita de São Lourenço
 Waldinei Alves Ferreira – Presidente da Câmara de São Lourenço
 Eugênio Ferraz- Chanceler da Comenda
 Ivanise Junqueira – Idealizadora da Comenda
 William Eventos – vereador



A Comenda

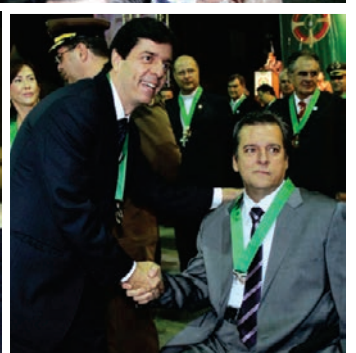
Sempre muito prestigiada por autoridades e personalidades, entre os agraciados e presentes deste ano estavam o poeta Ferreira Gullar, o Procurador Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais Carlos André Mariani Bittencourt, o cartunista Paulo Caruso, o vice-presidente da CEMIG Arlindo Porto, o secretário de Estado de Defesa Social Rômulo Carvalho Ferraz, o secretário de Estado de Meio Ambiente Adriano Magalhães, o secretário de Estado de Transportes e Obras Carlos Melles, o Chefe de Polícia Civil Cyllton Brandão, os deputados federais Domingos Sávio e Rodrigo de Castro, os deputados estaduais Thiago Ulisses, Luiz Henrique, Dalmo Ribeiro e Gustavo Corrêa, o Comandante da PMMG Coronel PM Márcio Martins Sant'Anna, o Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais Jorge Lasmar, além de várias outras personalidades de destaque nacional.

A cerimônia teve como orador oficial o ambientalista Apolo Heringer, que fez, recentemente, na UNESCO, palestra sobre a situação dos rios brasileiros. Referência internacional na preservação ambiental, Apolo Heringer disse em seu discurso que "a visão economicista da água como mero insumo e meio físico de produção é incapaz de garantir água no contexto de uma economia mundial civilizada, numa estratégia de longo prazo. Nem a visão hídrica desfocada das bacias hidrográficas é capaz de assegurar água em quantidade e qualidade para a economia mundial".

Neste ano, como já é tradição, a tocha que leva a Chama da Liberdade para as comemorações da Inconfidência Mineira, em Ouro Preto, foi acesa novamente durante a entrega da Comenda, com a participação da Polícia Ambiental de Minas Gerais e dos Cavaleiros da Inconfidência. A tocha é conduzida pelos Cavaleiros da Inconfidência Mineira até o dia 21 de abril, pela Estrada Real, passando pelas cidades que estão às margens do caminho, até Ouro Preto, quando acende a Pira da Liberdade.

Após a entrega da Comenda, os agraciados participaram de um coquetel no tradicional Hotel Brasil, ao lado do local da entrega da Comenda, em frente ao Parque das Águas, e depois puderam conferir o show de Marcus Viana e a Transfônica Orquestra, realizado no mesmo palco da entrega da Comenda.







Nhá Chica

Momento que causou grande emoção foi a homenagem prestada a Nhá Chica, na tarde do dia 22, sexta-feira, na vizinha cidade de Baependi, quando foi feita uma homenagem à beata pelos Cavaleiros da Inconfidência Mineira, pela Chancelaria da Comenda Ambiental e pela Prefeitura de São Lourenço no Santuário Nossa Senhora da Conceição, onde Nhá Chica está enterrada, oportunidade em que receberam uma benção do Pároco de Baependi, padre Douglas Baroni.



Orquestra homenageia a cidade no contexto da Comenda Ambiental

Em homenagem à entrega da Comenda e à criação do Batalhão do Circuito das Águas, com sede em São Lourenço, anunciado na solenidade da Comenda, aconteceu, no sábado à noite, finalizando as atividades, a apresentação da Orquestra Sinfônica da Polícia Militar de Minas Gerais, evento que lotou a Praça do Parque das Águas.





Flores e frutos

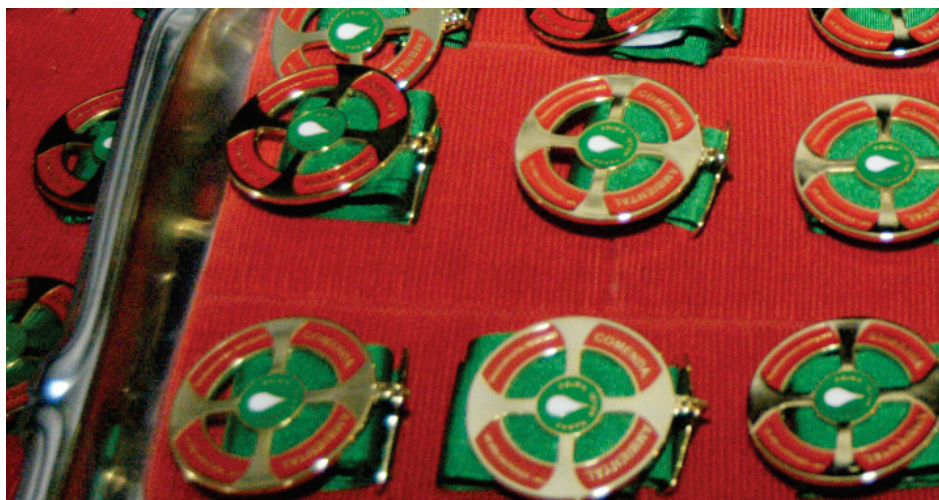
Por meio de uma parceria entre a Chancelaria da Comenda Ambiental Estância Hidromineral de São Lourenço e a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, foram distribuídas centenas de mudas de árvores aos agraciados e convidados, da mesma forma que as parcerias entre a Chancelaria e a Secretaria de Trabalho Emprego e a Secretaria de Defesa Social permitiram emissões de carteiras de trabalho e de identidade à população local.





Civismo

Outro acontecimento marcante entre os eventos da Comenda Ambiental Estância Hidromineral de São Lourenço, edição 2013, foi o desfile dos Cavaleiros da Inconfidência Mineira pelas ruas da cidade antes da Comenda. Após receberem, na solenidade, o Fogo Simbólico da Liberdade, no dia seguinte seguiram rumo a Ouro Preto, para as cerimônias da Inconfidência Mineira, no dia 21 de abril.



Confira a cobertura completa do evento no site: www.comendaambientalsl.com.br



Meio ambiente e cidadania

Muitos eventos integraram a solenidade da Comenda Ambiental Estância Hidromineral de 2013, como a presença do Instituto INHOTIM com seu trabalho de conscientização ambiental, que para lá deslocou equipe e equipamentos, como microscópios, dando aulas abertas sobre organismos vivos da nossa fauna e flora para crianças e adolescentes de escolas públicas e privadas. Além da distribuição de mudas, foram expedidas ainda Carteira de Identidade pela Polícia Civil de Minas Gerais e Carteiras de Trabalho pela Unidade Móvel do SINE. O Projeto S.A.C.I. (Sociabilização, Arte e Cultura na Infância) foi outro que brindou as crianças da cidade, com ações, oficinas, brincadeiras, teatro, danças, jogos, brinquedos pedagógicos e projeções de filmes. A Rede S.A.C.I. disponibiliza canais de comunicação para difusão de informações sobre a cultura e a cidadania, visando estimular a inclusão social, a melhoria da qualidade de vida, o resgate cultural e o exercício da cidadania, com foco nas crianças, que são o futuro da nação.

Fotos: Javier Ceballos e Marco Evangelista

CIDADANIA



EDUCAÇÃO AMBIENTAL



LAZER



MEIO AMBIENTE, SOCIALIZAÇÃO, CULTURA E SHOWS



Seguindo a programação cultural, na noite de sexta-feira, foi a vez do programa do SESC/MG, em parceria com a TV Globo Minas, Minas ao Luar, comandado pelo renomado radialista Acir Antão, que brindou a todos com as tradicionais e saudosas músicas do cancionero popular e serestas.

Na manhã de sábado, os agraciados com a Comenda participaram de passeio no Trem das Águas, ligando a cidade de São Lourenço à pequena e acolhedora Soledade de Minas, em trajeto animado por cantadores da região, além da degustação de queijos e vinhos produzidos nas redondezas.

O tombamento do Parque das Águas

Com o tombamento, o Parque das Águas de São Lourenço terá preservada toda sua área e suas fontes de água e ao povo mineiro será garantida a certeza da preservação de seu patrimônio turístico e cultural no Sul de Minas, que vem há décadas servindo e doando saúde a todo o povo mineiro e brasileiro.

Essa iniciativa vem ao encontro de ações recentes adotadas pelo município na valorização do turismo e das tradições da estância hidromineral do Sul de Minas. Em 2011, por iniciativa da escritora Ivanise Junqueira, foi criada a Comenda Ambiental Estância Hidromineral de São Lourenço, que tem como Chanceler o Diretor-Geral da Imprensa Oficial de Minas Gerais, Eugênio Ferraz. A idéia da Comenda foi viabilizada pelo prefeito da cidade José Neto que, desde então, vem se empenhando na revitalização do turismo e das tradições culturais do município no Sul de Minas. Todo esse processo começou quando Eugênio Ferraz era Superintendente do Ministério da Fazenda em Minas Gerais.

O Parque abriga fontes de água gasosa, sulfurosa, alcalina, ferruginosa, magnésiana, entre outras, que são consideradas únicas e estão entre as melhores do mundo. Atualmente, o Parque é administrado pela Nestlé.

Para o Chanceler da Comenda Ambiental, Eugênio Ferraz, “essa iniciativa assegura a perenidade do

Parque e de suas águas, que vem há décadas sendo fonte de vida e saúde para o povo mineiro e brasileiro”. A escritora Ivanise Junqueira declara que “o tombamento é uma ação que vai além do tempo e espaço, assegurando para as futuras gerações uma fonte inesgotável de vida, ao redor de onde gravita toda uma cidade e um sentido de comunidade”. Para o prefeito de São Lourenço, José Neto, “a iniciativa vem deixar claro que o Parque está em terras de São Lourenço, mas suas águas pertencem à Humanidade”. O promotor de Justiça Marcos Paulo de Souza Miranda disse que o Parque “acumula valores históricos, de antiguidade, arquitetônico, evocativo, ambiental, de paisagem, afetivo e cognitivo. Constitui-se referencial simbólico para o espaço e memória do município, com importância para todo o Estado de Minas Gerais, devendo ser protegido a fim de assegurar suas benesses à sociedade brasileira”.

Como foi revelado em edição anterior da Revista Memória **CULT**, os próximos passos serão o tombamento nacional do Parque e registro das Águas de São Lourenço e a solicitação junto à UNESCO das inscrições de ambos como patrimônios da Humanidade.

Com esse tombamento, o Parque das Águas de São Lourenço e suas águas serão, definitivamente, protegidos.

Foto: Emílio

Parque das Águas no século passado



Águas que abraçam o mundo

Apolo Heringer Lisboa*

As águas inauguram um novo espaço conceitual nas agendas políticas de Minas Gerais. Além das comemorações cada vez mais importantes do Dia Mundial das Águas, no dia 22 de março, os eventos anuais promovidos em torno da Comenda Ambiental Estância Hidromineral de São Lourenço, no Sul de Minas, a recente criação da Comissão Extraordinária das Águas pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais e o exitoso Projeto Manuelzão na recuperação do Rio das Velhas, são alguns dos exemplos deste momento de angústia e de esperança. Estamos nos referindo a uma revisão conceitual de importância capital: a cada dia mais pessoas estão percebendo as águas no contexto de componente inseparável dos ecossistemas da Terra e no contexto do ciclo hidrológico e das bacias hidrográficas. A mobilização social pressiona os governos para a conservação dos rios e do solo – inseparáveis - e por mudanças nas legislações.

A Fiemg e o Diário do Comércio realizaram no dia 9 de abril um evento temático para debater a água e a infraestrutura, com a participação de ambientalistas, profissionais de comunicação, entidades de classes empresariais e intelectuais. Este evento expressa o interesse da área econômica de Minas Gerais, em parceria com a imprensa, na busca de embasamento conceitual sobre a importância da água como componente do desenvolvimento econômico. As abordagens são focadas na água enquanto insumo agrícola, na produção animal e industrial. Explicitamente: a água como parte da infraestrutura. Abrangendo preocupações como desabastecimento, aspectos institucionais, saneamento inadequado e esse impacto para o uso econômico da água, racionalidade do uso no processo econômico.

Mas o uso econômico da água e a racionalidade desse uso só podem ser cientificamente analisados e compreendidos fora dos restritos limites e interesses imediatos da produção agrícola, animal, industrial, de pesquisas e serviços.

Sabemos que o sistema produtivo econômico, sendo uma das alavancas fundamentais do crescimento da sociedade, é voraz consumidor de recursos naturais e neste evento está reconhecendo a importância econômica da natureza aqui representada pela água.

A questão conceitual que se colocou na agenda mundial com o adjetivo sustentável leva à discussão dos limites do crescimento na Terra, o caráter do consumismo e os métodos utilizados. As propostas precisam ser implementadas pelos estados signatários de encontros de cúpulas como Rio 92, Kyoto, entre outros, com respaldo da ONU, ela mesma agindo por pressão da sociedade e do mundo científico.



“Sabemos que o sistema produtivo econômico, sendo uma das alavancas fundamentais do crescimento da sociedade, é voraz consumidor de recursos naturais e neste evento está reconhecendo a importância econômica da natureza aqui representada pela água”

Foi neste sentido que, como orador oficial da recente entrega da Comenda Ambiental Estância Hidromineral de São Lourenço, naquela destacada cidade do Circuito das Águas, pude fazer a abordagem ecológica das águas, desse precioso elemento vital a todos os ecossistemas e processos produtivos econômicos, sociais, culturais, apontando os limites da visão economicista, predatória - insustentável, do uso das águas.

Vivemos num planeta composto de **sistemas de ecossistemas**, uma Nave Espacial com recursos limitados. Evidentemente que não é possível desconhecer os limites do crescimento, a qualidade do crescimento, a necessidade de consumo com nova racionalidade e para todos. Este é o dever de casa do sistema econômico contemporâneo, seja qual for o sistema político, desde que com propósitos de inclusão social, num mundo que busque a cidadania.

Ainda, quanto a importância do desenvolvimento sustentável e do território, destacamos conceitos do livro **Gestão Integrada do Território: economia, sociedade, ambiente e cultura, RJ, IBIO, 2012. 480 p.**, organizado por Inguelore Scheunemann e Luiz Oosterbeek, em que Eliezer Batista, ex-presidente da estatal Vale do Rio Doce, diz no Prefácio, citando os autores acima, que: “a realidade é sempre integrada, é uma só, [...]. São as intervenções humanas que podem ser desarticuladas e muitas vezes o são” (pg.10). Eliezer Batista acrescenta que a proposta de Gestão Integrada do Território (GIT) “se constitui na resposta necessária para suplantar o tratamento segmentado do território” (pg.10). E prossegue: “A GIT se traduz em maior efetividade da intervenção econômico-ambiental-social nos territórios onde se instalam”... e “serão revertidas em ganhos reconhecidos, não só pela sociedade local, regional, mas também pelo mercado.”

Luiz Oosterbeek e Inguelore Scheunemann, na Introdução, dizem: “Chamamos a atenção para a necessidade de compreender a natureza integrada e sistêmica das dificuldades atuais. Não se superará a crise financeira sem uma nova ordem econômica, não se evitarão as rupturas ambientais sem inovação

tecnológica e equidade social, não se resolverão angústias locais fora de uma estratégia global. A sociedade, a economia, o ambiente, as culturas – a realidade complexa do território clama por estratégias integradas que superem a atual dislexia. A isso chamamos de Gestão Integrada do Território”. E terminam a Introdução: “O trabalho em GIT exige uma visão holístico-sistêmica do território...”.

Registramos aqui fato relevante e recente: a criação da Comissão Extraordinária das Águas da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Ela poderá ser um instrumento com finalidade precípua de apoiar uma atuação integrada do Poder Legislativo, visando assegurar ao Estado de Minas Gerais estratégias políticas de longo prazo, articuladas e sistêmicas com relação às suas águas. Carecemos de políticas intersetoriais coerentes asseguradas em sua continuidade tanto em nível governamental quanto privado, como fundamento do seu desenvolvimento social, econômico e ambiental sustentáveis.

Mais que leis novas, falta a integração dos marcos legais setoriais já existentes. Este pode ser um dos papéis fundamentais da Comissão da Água da Assembleia mineira, o de contribuir para o estabelecimento da coerência conceitual e legal das diversas decisões da Casa afetando a gestão das águas de Minas Gerais. Solo, água e biodiversidade dos ecossistemas são inseparáveis da gestão das águas, daí seu caráter sistêmico e integrador de políticas públicas. A Comissão Extraordinária das Águas da ALMG precisa necessariamente refletir sobre o caráter organizador e diretor das águas enquanto referência fundamental do desenvolvimento do Estado em longo prazo. Mais que uma Comissão que separe problemas sistêmicos e discuta soluções em separado, gerando conflitos insanáveis à custa de grandes investimentos de recursos públicos, à Comissão da Água, inerente ao seu objeto, cabe alertar, sugerir e encaminhar ao Plenário as linhas mestras, com respaldo conceitual e científico para uma legislação estadual coerente e em harmonia intersetorial e interregional.

Foto: arquivo sxc



“O desmatamento e a erosão são os maiores responsáveis pelo empobrecimento do potencial econômico de Minas Gerais e a degradação dos seus sistemas hídricos, sobretudo dos rios, comprometendo a economia em curto e médio prazos”

Mas é preciso trabalhar por metas e materializar o discurso em realidades palpáveis. O belo discurso não substitui a realidade das empresas diante da sociedade, que sabe distinguir o joio do trigo.

O convite do evento da Fiemg e Diário do Comércio anteriormente citado diz: *“O foco da discussão deste quarto número, que tratará do eixo Infraestrutura-Água, são: importância e o futuro da água em Minas Gerais e no País, os riscos reais e potenciais de desabastecimento, os desafios de sua gestão, os aspectos institucionais, as questões relacionadas ao saneamento inadequado e o uso racional da água pelas indústrias e no agronegócio.*

Já de início, precisamos sublinhar a inseparabilidade da água - pensada na infraestrutura econômica em Minas Gerais - da água como parte integrante dos ecossistemas (dimensão geoambiental). Podemos até construir uma caixa d'água, mas o território de Minas Gerais não é uma caixa d'água. Os ecossistemas e o ciclo hidrológico se integram. O solo (do qual a água faz parte como mineral que é), flora e fauna são indissociáveis. A visão economicista da água como mero insumo e meio físico de produção é incapaz de garantir água no contexto de uma economia mundial civilizada, numa estratégia de longo prazo. Nem a visão hídrica desfocada das bacias hidrográficas é capaz de assegurar água em quantidade e qualidade para a economia mundial.

Minas Gerais não deve ser vista como uma caixa d'água do Brasil. Isto é reducionismo, é diminuir Minas Gerais, rica em sistemas climáticos, geomorfológicos, flora e fauna capazes de receber e acumular água e alimentar sua biodiversidade natural, uma riqueza que será cada vez mais valorizada na medida do avanço científico e tecnológico.

Talvez uma distorção utilitarista e descontextualizada do que escreveu Guimarães Rosa: “Sendo, se diz, que minha terra representa o elevado reservatório, a caixa-d'água, o coração branco, difluente, multivertente, que desprende e deixa, para tantas direções, formadas em caudais, as enormes vias: o São Francisco, o Paranaíba e o Grande que fazem o Paraná, o Jequitinhonha, o Doce, os afluentes para o Paraíba, e ainda; — e que, desde a meninice de seus olhos-d'água, da discrição de brejos e minadouros, e desses monteses riachinhos com subterfúgios, Minas é a doadora plácida. Sobre o que, em seu território, ela ajunta de tudo, os extremos, delimita, aproxima, propõe transição, une ou mistura: no clima, na flora, na fauna, nos costumes, na geografia, lá se dão encontro, concordemente, as diferentes partes do Brasil. Seu orbe é uma pequena síntese, uma encruzilhada; pois Minas Gerais é muitas. São, pelo menos, várias Minas.” Guimarães Rosa, Ave Palavra, Minas Gerais (pp.217 a 222), J. Olympio, 1978, Rio de Janeiro.

Vejam que os maiores desertos do mundo e o semi-árido brasileiro refletem a associação de água, flora e fauna. São inseparáveis. Uma caixa d'água vai se esvaziando, mas mantê-la sempre cheia é obra a cada ano da natureza viva associando solo, água, biodiversidade e uso sustentável.

O desmatamento e a erosão são os maiores responsáveis pelo empobrecimento do potencial econômico de Minas Gerais e a degradação dos seus sistemas hídricos, sobretudo dos rios, comprometendo a economia em curto e médio prazos. Outro fator são as barragens cortando o fluxo dos rios e modificando sistemas lóticos em lênticos, que passam a ser soterrados lentamente pelo assoreamento. Um terceiro fator é o lançamento de esgotos domésticos e de serviços, os efluentes industriais e resíduos do agronegócio nos rios, como agrotóxicos. A política do Estado e do País não tem sido capaz de equacionar e resolver estes três problemas associados à maneira de ver os usos de forma desintegrada e sem visão de longo prazo.

Por isso, consideramos da maior importância o apoio da Fiemg, do governador Anastasia e da Assembleia Legislativa de Minas Gerais a uma postura positiva para conferir agilidade aos licenciamentos desde que preservando a qualidade ambiental. Há um instrumento associado aos enquadramentos dos cursos d'água, aprovado no âmbito do Fórum Mineiro de CBHs – Comitê das Bacias Hidrográficas, realizado em 5 de agosto de 2011 na cidade de Itajubá, uma moção enviada ao governador, tentando equacionar o conflito de interesses entre economia e meio ambiente, que travam uma luta cega e ingrata em torno dos licenciamentos e outorgas. Está aí o *locus* do conflito que precisa ser abordado de frente e equacionado.

Moção aprovada no XIX REUNIÃO DO FMCBH em ITAJUBÁ – MG, no dia 5 de agosto de 2011

“Solicitamos ao governador de Minas Gerais Antonio Anastasia, em nome do cumprimento das leis, que assine Ato Administrativo que faça os sistemas oriundos das leis federais 6938/81 e 9433/97 e leis estaduais congêneres, serem igualmente respeitados e trabalharem de forma integrada, simultânea, escrupulosamente por território de bacia, com foco na Licença Prévia e respeito ao Enquadramento das águas dos rios em Classes de Qualidade, implementando a gestão ambiental em todas as bacias hidrográficas de Minas Gerais com visão sistêmica do meio ambiente, para que o processo de Licenciamento, Outorga e o Enquadramento qualitativo e quantitativo das águas das bacias se façam de forma ágil e com respeito a todos os usos da água e a todas as formas de vida organizadas na sucessão de ecossistemas da hidrobiosfera dos territórios de bacia.”

Comitês de Bacias Hidrográficas de Minas Gerais

Fui agraciado em Patos de Minas, coração do Agronegócio, com a Comenda Antônio Secundino de São José, nome do professor criador da Agroceres e incentivador da cultura do milho nessa região, um estrategista que acreditava na “revolução verde”. Hoje, um divisor de águas que separa ambientalistas e grandes investidores rurais. A razão da escolha, pela comissão estadual da Comenda, foi que o Projeto Manuelzão ao promover a despoluição da bacia do Rio das Velhas e trazer de volta os peixes às suas águas, contribuiu para a melhoria da agricultura e da produção animal regional. Assim, não há contradição entre economia com sustentabilidade, meio ambiente e as águas. O contrário sim, a poluição das águas e a utilização predatória do solo destroem a infraestrutura econômica do Estado, aumenta os custos de produção, tira a competitividade da nossa economia e apenas traz benefício a indivíduos da atual geração, políticos e empresários, não à economia com E maiúsculo.

Foto: arquivo sxc



**“A água é o sangue da Terra;
se o sangue estiver
contaminado é um tecido
morto e transmite doenças.
Nós, da cidade, ainda
podemos tratar a água, mas,
e os animais, que alternativa
eles têm a não ser adoecer e
morrer?”**

Quando se diz que em um determinado rio tem muito peixe e que nele se pode nadar, todos compreendem que é um rio vivo e um lugar agradável, é um ecossistema saudável, unindo águas que fluem na superfície e águas subterrâneas. Se estiver poluído não é mais um rio, é um esgoto a céu-aberto. Essa deveria ser a linguagem dos técnicos e dos empresários: rio balneável e com peixes pode servir à irrigação, à dessedentação animal, ao abastecimento industrial, pode ser usado para abastecer os povoados com tratamento simplificado e barato, transmite saúde coletiva. Mas, quanto mais poluídos forem os rios, mais empolada e incompreensível se torna a linguagem dos técnicos e da imprensa, confundindo o que é simples com dados expressos por IQA, IT e tabelas enormes e complexas, que escondem o principal: o rio é um ecossistema, assim deveria ser compreendido, não é caixa d'água e muito menos esgoto.

Até hoje, Minas não instituiu o biomonitoramento da qualidade dos rios, com exceção da bacia do Rio das Velhas. Temos que evoluir das declarações lisonjeiras às águas, até aqui inócuas, à implementação de políticas ambientais que garantam a integridade do solo, a vida de todas as espécies e a disponibilidade de água nos rios, lagos e lençóis subterrâneos, colocando as bacias hidrográficas como eixo estruturador do conjunto da política ambiental e da produção econômica. Não se pode separar água do meio ambiente. O cuidado com o meio ambiente em nada prejudica o desenvolvimento econômico responsável, inclusive gera empregos e garante a qualidade de vida das presentes e futuras gerações. Qual o empreendedor que não se beneficia com águas de boa qualidade?

A água é o sangue da Terra; se o sangue estiver contaminado é um tecido morto e transmite doenças. Nós, da cidade, ainda podemos tratar a água, mas, e os animais, que alternativa eles têm a não ser adoecer e morrer? E as pessoas das roças e povoados que dependem das águas naturais que fluem? E que mundo triste seria um mundo sem animais, sem os pássaros, sem os peixes e sem água boa?

O planeta Terra é uma bacia hidrográfica. E essa definição territorial estabelece a base do conceito e do sentimento de pertencimento ao território pátrio mais profundo, o planetário. A água é um mineral abundante na Terra que brota do chão, não brota das nuvens. Sua quantidade na Terra é aproximadamente a mesma há bilhões de anos. É uma substância de propriedades mágicas, cujo estado sólido é menos denso que no estado líquido, resultando daí que o gelo flutua na água. Isto foi fundamental para que a vida sobrevivesse e se desenvolvesse sob o gelo ao longo das eras. Os três estados físicos da água estão em perpétuo movimento entre si e circulando pelo território terrestre e sua atmosfera ao longo dos tempos. Assim, o ciclo hidrológico é um processo pleno de potencialidade como eixo de construção do pensamento humano e de uma metodologia de gestão global.



Foto: arquivo sxc

O espelho d'água reflete a nossa cara, ou seja, pela situação dos rios podemos julgar o tipo de mentalidade dominante no País e seus valores espirituais, refletidos na qualidade das águas que nos servem. Isto se passa assim. As águas correm para os vales: o "espírito" do vale é um conceito taoísta que incorpora o mundo físico e cultural refletido nas águas de uma bacia hidrográfica. O "espírito" do vale nos traz a metodologia para a mobilização da sociedade, demarca o território para cuidar da gestão de uma economia sustentável e a possibilidade de conservação da biodiversidade da natureza, numa base geográfica adequada e compreensível. Aqui tem sentido repetir que o espelho d'água de um vale mostra a nossa cara, a nossa mentalidade, é a radiografia e nosso exame de sangue, que não dá para esconder.

A continuidade do **esgotamento** dos rios, literalmente falando, e as mortandades de peixes são inaceitáveis. O pior é que até no semi-árido castigado por secas periódicas do nordeste mineiro e brasileiro cresce o desmatamento sem necessidade, os rios são poluídos por esgotos e lixo ou destruídos por tratores de extração de areia sendo totalmente assoreados.

As políticas públicas de todos os países transformaram os rios em lixeiras e esgotos, mudaram a configuração dos seus leitos, canalizando-os, transformaram os rios em transmissores de doenças, focando interesses de curto prazo, banindo das águas os peixes, as aves, as crianças, o lazer, a balneabilidade, ou seja, a saúde e a vida. Assim procedendo, estamos matando os ecossistemas da Terra.

Assim como Minas são muitas, todas as águas são somente uma. Os rios e as águas de nossas células estão integrados no ciclo hidrológico, é a mesma água. Querer separar a gestão das águas em departamentos administrativos e acadêmicos estanques é violentar a natureza da água e a nossa inteligência. Querer tratar em separado problemas interligados é fugir das soluções sistêmicas e eficazes, promovendo obras inadequadas que geram mais problemas que soluções, com desperdício de recursos financeiros e humanos.

Mas leis não faltam, falta cumprir o espírito das leis, falta compromisso com as boas causas. A Constituição Federal no seu artigo 225 estabelece que "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo às presentes e futuras gerações."

As águas estruturam o território por meio das bacias hidrográficas, o que é reconhecido pela Lei Federal nº 8.171, de 1991, conhecida como a Lei Agrícola do Brasil, que diz no seu artigo 20: "As bacias hidrográficas constituem-se em unidades básicas de planejamento do uso, da conservação e da recuperação dos recursos naturais". A lógica desse território precede, em centenas de milhões de anos, a lógica que dividiu político-administrativamente o mundo, estabelecido por guerras e pela colonização, atos arbitrários também do ponto de vista da gestão ambiental.

O modelo de gestão brasileiro está estabelecido pela Lei Federal nº 9.433, de 1997, e a Lei Estadual congênere nº 13.199, de 1999, as quais definem a água como um bem de domínio público e essencial à vida e os comitês de bacia hidrográfica como seus órgãos gestores. Sem separar águas superficiais das águas profundas, elas estão ligadas. A proposta é de gestão compartilhada e descentralizada a ser assumida pelos três segmentos sociais, eleitos por suas entidades: entidades da sociedade civil organizada; instâncias governamentais dos entes federados; representantes da área econômica usuária de água na produção. A gestão é para ser do tipo condomínio, com planejamento e metas de quantidade e de qualidade das águas, definidas num Plano Diretor de bacia, aprovados nos respectivos CBHs (em Minas foram criados 36 CBHs) e no Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Esta gestão visa garantir o atendimento a todos os múltiplos usos da água definidos pela sociedade incluindo a conservação dos ecossistemas aquáticos e dessedentação de animais, conforme regras definidas pela Resolução 357, de 2005, do CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente. Ou seja, leis não faltam e muitas são boas leis.

Embora tenhamos que continuamente aperfeiçoar as leis, sem obediência às leis existentes não há estado de direito nem igualdade dos cidadãos perante ela. A legitimidade do sistema político é conferida pela alma popular, pois não há democracia sem povo. Nós podemos acrescentar agora, diante da nova consciência, que sem inclusão dos ecossistemas naturais e culturais, às prioridades das políticas públicas não há democracia, pois a vida está ameaçada. Não é somente a questão social, de uma

única espécie, a nossa, que merece a atenção, pois não podemos sobreviver isoladamente e a despeito das condições ambientais. Ainda não fomos para o Céu, o reino virtual do soft que existiria sem a carga e os encargos do hard. Solicitamos ao eminente governador professor Anastasia o descontingenciamento imediato e total dos recursos do FHIDRO, fundo destinado a investimentos para recuperação de nossas bacias hidrográficas retidos há quase dez anos e que são necessários para ressuscitar os CBHs de Minas Gerais, sem os quais a gestão das águas só é feita nas planilhas ou por decisões tecnocráticas.

Encerro minhas palavras fazendo uma reflexão polêmica. Grande parte do desmatamento, do consumo de energia elétrica e do consumo de água no Brasil, é utilizada pelo agronegócio para a produção de alimentos para suínos, bovinos, coelhos, frangos, galinhas, cavalos e outros que depois irão nos alimentar. Isto mais que dobra o custo dos nossos alimentos. Uma pequena mudança na dieta humana, promovendo de forma criativa e gradual, nas escolas e outras entidades de frequência coletiva o incremento do consumo de alimentos de origem vegetal, traria melhora significativa à nossa saúde, derrubaria os preços dos alimentos levando-o à mesa de toda a população mundial, diminuiria o sofrimento dos animais e o desmatamento. Para que abusar dos churrascos. Ainda mais que sal, açúcar, gordura e álcool não podem ser com fartura; senão você vai para a sepultura, de forma prematura. É verdade pura, não é?

***Idealizador e fundador do Projeto Manuelzão (PMz) - Rio das Velhas/São Francisco**

Foto: arquivo sxc



Minas: nascente do Brasil

Eugênio Ferraz*

Muito tem se falado nos últimos anos que Minas Gerais é a caixa de água do Brasil. A imagem artificial e inanimada da caixa de água pouco se assemelha à do manancial nascedouro das águas de Minas e de nosso país. E, como manancial, precisa ser protegido, cuidado, levando a todos a água da vida, o bem maior da natureza que garantiu há milhões e milhões de anos o surgimento da vida no universo.

São Lourenço, Estância Hidromineral, cidade integrante do Circuito das Águas na parte mais ao sul do Estado de Minas Gerais, vem, de alguns anos a esta parte, trabalhando com essa conscientização e com este sentimento de que preservar a água é preservar a existência da espécie humana, a vida neste planeta água chamado Terra. Por suas inúmeras fontes de águas minerais, São Lourenço vem doando água e saúde para o Brasil inteiro, desde o início do turismo na pequena cidade com os primeiros aquáticos - depois veranistas, e agora turistas - em temporadas inteiras sob tratamento médico em um Brasil agrícola do início do século passado. De lá para cá, muita coisa mudou no turismo nacional e no conceito de saúde como um todo. Ainda assim, São Lourenço, com suas águas gasosas, sulfurosas, magnesianas, entre tantas outras, nunca deixou de fornecer água e saúde em suas nascentes, na estância do bem viver, da qualidade de vida.

Com a permanente visão de preservar e de levar a todos a consciência de que temos um bem natural que pode não ser mais renovável, em 2011, a prefeitura de São Lourenço adotou - inspirada por intelectuais e ambientalistas, dentro de muitas outras iniciativas preservacionistas e de conscientização ecológica - a Comenda Ambiental Estância Hidromineral de São Lourenço, que vem condecorando personalidades destacadas por suas ações em defesa do meio ambiente, da cidadania, do desenvolvimento, da cultura e da busca por um mundo melhor e mais igualitário em nosso país e no mundo.

Realizada sempre na semana em que se comemora o Dia Mundial da Água, desde a sua primeira edição, a entrega da Comenda é presidida pelo Governador Antonio Anastasia, que vê na

iniciativa uma importante forma de difundir Brasil afora a necessidade de preservar o meio ambiente e as águas de Minas e do Brasil. A entrega da Comenda não se limita apenas a condecorar personalidades. Ela é lastreada por vários eventos e ações que propagam essas idéias, trabalhando com estudantes e visitantes da cidade, em debates e seminários abordando a importância da preservação do meio ambiente, como a presença do Instituto Inhotim, com suas atividades ecológicas e de cidadania, buscando sempre uma vida melhor em nossa sociedade. Isso tudo culminou como o Seminário sobre Acessibilidade em Cidades Turísticas, gerador da "Carta de São Lourenço".

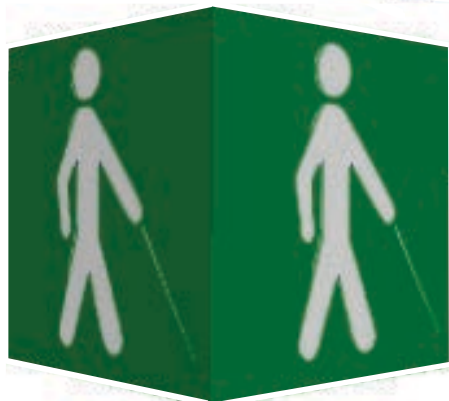
Neste ano, momento que causou positiva comoção durante a entrega da Comenda, foi o anúncio do Ministério Público de Minas Gerais que, por meio da Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais, encaminhou, oficialmente, ao Instituto do Patrimônio Histórico de Minas Gerais proposta de tombamento do Parque das Águas da cidade, com a justificativa de que "O Parque das Águas de São Lourenço seja alvo de proteção por tombamento em função de seu relevante valor cultural para o município e o Estado". Caso inédito no mundo, o uso das diferentes águas minerais de São Lourenço também será registrado como patrimônio cultural do povo mineiro, dando àqueles singulares tesouros permanente proteção.

Entendemos que são com ações concretas que garantiremos o bem estar da sociedade e a perenidade de nossos bens naturais e culturais. Entendemos que é preciso tomar iniciativas rápidas para o cuidado com crianças, idosos e deficientes, além de nossas águas, evitando que estas fiquem relegadas a segundo plano, como se delas não dependessem vidas. O brasão da cidade de São Lourenço traz em latim a frase: "Acqua Vitae Ignis Fidei", que quer dizer: "Água da vida e o fogo da fé", e é exatamente este lema que a cidade deve levar para além de suas fronteiras.

***Chanceler da Comenda Ambiental Estância Hidromineral de São Lourenço**

Acessibilidade

Arte: Raphael Simões



Realizou-se em São Lourenço, bela cidade do Sul de Minas, no dia 22 de março deste ano, o I Seminário Sobre Acessibilidade em Cidades Turísticas. Idealizado por Eugênio Ferraz, realizado paralelamente à entrega da Comenda Ambiental Estância Hidromineral de São Lourenço, o seminário abordou a questão da acessibilidade nas perspectivas constitucional, legal, cotidiano de pessoas com deficiência, arquitetura e instituições voltadas ao tema. A feliz e rara iniciativa não poderia ser mais oportuna, tendo em consideração a proliferação de leis que consagram espaços de cidadania, intervenções em bens públicos urbanos, alterações em prédios privados, concepção de projetos para hotéis, abrigamento de eventos, etc. Ao final, foi redigida e aprovada a Carta de São Lourenço, destinada a ser documento inicial para elaboração de políticas públicas, que, certamente, será orientadora para muitas inovações.

Das primeiras lições que ficam é que acessibilidade é um conceito de amplitude bem superior ao que o senso comum supõe. Ambientes, disposição e design de móveis e objetos, obras, tudo se relaciona de modo a propiciar ao ser humano a fruição dos benefícios da civilização e a segurança necessária à manutenção da integridade física e da vida. O que não se nota é que há concepções filosóficas e políticas que influenciam nossos ambientes de modo a tudo conformar às necessidades e/ou comodidades humanas.

Forte presença de autoridades e instituições vocacionadas ao tema marcou o tom elevado dos discursos e debates. Medidas relativamente simples, a serem computadas como investimentos e não como custos, podem ter repercussão nas vidas de um grande contingente de pessoas (dados apresentados informam que mais de 40 milhões de brasileiros são portadores de algum tipo de deficiência, o que justifica inteiramente inversão de capitais públicos e privados). Há um enorme seguimento, não suficientemente estudado e compreendido, de cidadãos a serem considerados nas políticas de inclusão e desenvolvimento, em contemplação ao princípio da igualdade (marca não apenas constitucional, mas, essencialmente, distintiva da elevação cultural de um povo).

e Democracia

Bruno Terra Dias*

Para se atingir graus de justiça e bem comum, é necessário que haja uma cultura de fundo que se estabeleça, motivando os cidadãos a dela se apropriar para, compreendendo-a, formarem uma consciência que direcione e exija, de instituições e agentes políticos, a materialização dos ideais de liberdade e democracia. Isto vai para muito além do ato de votar periodicamente, do pensamento voltado para interesses pessoais, de caráter econômico ou de classe. Uma autêntica cultura de liberdades cidadãs e de política democrática aprecia e preserva a diversidade, dela extraindo, na medida da realização da justiça e do bem comum, a necessária unidade.

O Brasil, em séculos de Colônia, Império e República, cultivou desigualdades e exclusões, discriminações e privilégios. Mas nas últimas três décadas começou a entender que a enorme diversidade cultural dos seus povos pode ser a chave de uma sociedade mais justa e politicamente integrada. Por esse ângulo podem ser analisadas novas tendências que em nosso solo aportam nas áreas de engenharia, arquitetura, design, filosofia política, direito e políticas públicas. Um discurso renovador de práticas e superador das exclusões, tão comuns em um passado recente, descortinando possibilidades de realização dos potenciais humanos, começa a se impor como nutriente do espírito da Nação.

A temática da acessibilidade é diretamente beneficiada pelo momento. Sem um olhar para o

semelhante, ermo às influências do personalismo e dos interesses econômicos e de classe, não haveria capacidade de enxergar no semelhante alguém digno de atenção. Sob regimes herméticos, todos são iguados no desrespeito e as peculiaridades de cada um não são percebidas. Essa sensibilidade só se adquire com robustez de cidadania, liberdades cívicas e prática democrática, algo tão recente em nossa história, que temos o dever de preservar para a atual e as futuras gerações. Somente o ambiente político democrático propicia preocupações e desenvolvimento de ações em reconhecimento, materialização e salvaguarda de direitos àqueles que se diferenciam aos olhos do vulgo. Eis algo em que pensar.

Uma discussão oportuna, que se coloca desde já e que pode ser inspiração para próximos eventos de igual natureza, é a que possibilita tracejar paralelos filosóficos entre acessibilidade e sistema político. A maturidade de uma Nação se mede, em parte, pelas concepções de filosofia política predominantes. Justiça e bem comum não fazem parte da realidade das pessoas em regimes políticos opressivos; expectativas da maioria são sufocadas pelo poder das armas, não subsistindo o melhor dos argumentos à simples teimosia, ou inconveniência, do mandante de momento.

***Juiz de Direito, ex-presidente da Associação dos Magistrados Mineiros – Amagis**

Foto: arquivo sxc

“Uma discussão oportuna, que se coloca desde já e que pode ser inspiração para próximos eventos de igual natureza...”



NHÁ CHICA,



No dia 4 de maio de 2013, às 15h, na cidade sul Mineira de Baependi, Sua Eminência o Cardeal Ângelo Amato, Prefeito da Congregação da Causa dos Santos e Delegado do Papa Francisco, em missa Solene, proferirá o Decreto de Beatificação de Francisca de Paula de Jesus, que ganhará a honra dos altares posto que viveu em grau heróico todas as virtudes da Santidade e teve reconhecido pela Santa Igreja o Milagre atribuído a sua intercessão.

Nhá Chica, como era conhecida, viveu em Baependi, para onde veio ainda menina, juntamente com sua mãe Isabel Maria e seu irmão Thetônio. Ficou órfã bem novinha e morava no alto de uma colina com seu irmão. Viveu uma vida de oração e caridade e possuía grande intimidade com a Virgem da Conceição, a quem ela chamava de “Minha Sinhá”.

Foto: divulgação

Toda esmola que pedia destinava a construção da igreja e ao socorro dos mais pobres, por isso era chamada de “mãe dos pobres”.

a Santinha mineira

Irmã Sandra Aparecida Gontijo*

Nhá Chica era filha natural da escrava Isabel Maria. Foi batizada em 26 de abril de 1810 na capela de Santo Antônio do Rio das Mortes Pequeno, onde nasceu. Em honra da Virgem da Conceição, ergueu uma capela na cidade de Baependi. Francisca de Paula de Jesus conversava com a Virgem da Conceição. Foi uma mulher pobre que sempre viveu para os pobres. Sua fama de santidade espalhou-se durante sua vida. Assim, muitas pessoas acorriam para a cidade de Baependi para pedir-lhe orações e conselhos.

Toda esmola que pedia destinava a construção da igreja e ao socorro dos mais pobres, por isso era chamada de “mãe dos pobres”. A todos que lhe atribuíam santidade ela prontamente respondia “Eu não sou Santa, eu sou uma pobre analfabeta. Eu rezo

e peço a Deus pelos merecimentos de Sua Mãe Maria Santíssima, que me atende”.

Viveu Nhá Chica até o dia 14 de junho de 1895. Quando faleceu, o médico que a atendia não encontrou, de pronto, sinais de morte. Aguardou para escrever o atestado de óbito. O corpo de Nhá Chica ficou quatro dias insepulto sem entrar em decomposição, exalando perfume de rosas.

Em 1998, quando da exumação de seus restos mortais pelas autoridades eclesiais, novamente o perfume foi sentido, o que foi atestado pelo Bispo Diocesano Dom Frei Diamantino Prata de Carvalho.

No livro de Helena Ferreira Pena, extraímos alguns fatos atribuídos a Nhá Chica enquanto ela vivia entre nós, como os a seguir:

Levitação de Nhá Chica

Contava minha mãe que ela sempre a presenteava com laranjas. Um dia, entrando em seu quintal, ficou surpresa por ver que havia ali uma laranjeira e um pé de limas. Julgava que ela tivesse um grande pomar, dada a quantidades de frutas que Nhá Chica distribuía a quase toda população da cidade.

Certa feita, meu irmão mais velho, J.I.F., foi a sua casa buscar laranjas e ela, sempre bondosa, mandou-o subir na árvore e ficou em baixo, como se estivesse rezando, pois, tinha o terço na mão: um enorme rosário de contas de madeira torneada, que ainda hoje se encontra nas dependências do Santuário, em uma urna de vidro.

O rosário de Nhá Chica, em parte recuperado, se encontra hoje no Memorial de Nhá Chica. Na verdade, muitos devotos no passado conseguiram obter pelo menos uma conta do mesmo e alguns,

generosamente, as restituíram às irmãs para que pudessem montar novamente o terço de Nhá Chica. Contudo, ainda faltam muitas contas.

Mal tinha começado a colher os frutos, em um dado momento, ao olhar para baixo, viu que Nhá Chica estava suspensa do alto e pairava no ar. Meu irmão, tomado de grande medo, desceu apressado da laranjeira. Nisto, ela assusta-se voltando a si e chama por meu irmão:

– Meu filho, você não apanhou as laranjas, vem apanhar mais.

Meu irmão, porém, com medo, disse:

– Não, Nhá Chica, já chega, outro dia levarei mais.

Ele nunca mais voltou a sua casa, pois, era criança e não sabia o que era estado de êxtase, causando-lhe isto um grande pavor.

Irmã Zélia

Dias longínquos lá se vão! Muito próximas as duas localidades: Baependi e Caxambu. Em visita a conhecida estância de águas minerais, estava, no ano 1873, acompanhado de sua filha Zélia, o conselheiro João Pedreira do Couto Ferraz, o qual, vindo a Baependi, teve oportunidade de encontrar com Nhá Chica. A fama da modesta serva de Deus transpusera os âmbitos da cidade, onde residia: veranistas, frequentemente a procuravam. Na sua casinha humilde, recebera o conselheiro, acompanhado de sua filha Zélia, que então, se encontrava em plena mocidade. Para a jovem foram pedidos de oração de Nhá Chica. Disse esta:

– Ela vai se casar! Terá muitos filhos, e, no fim da vida será toda do Nosso Senhor.

Riram-se todos.

Regressaram a Caxambu, e não se esqueceram das palavras proféticas de Nhá Chica. Por aquela época, não abundavam as casas religiosas para mulheres no Brasil. O noviciado ainda era feito na Europa. Porque havia essa dificuldade e, o conselheiro, não querendo para lá mandar sua jovem filha, ou ainda por outro motivo que ignoramos, o certo é que, Zélia não entrou, como desejava, para qualquer congregação religiosa. Apareceu-lhe, entretanto, um noivo. Casou-se.

Vale a pena ler-se o que foi escrito sobre esse noivado e sobre toda a sua vida matrimonial.

Outra vez, o conselheiro, em Caxambu, lá se comentou a predição de Nhá Chica. Uma parte do que disse já se

havia realizado: Zélia estava casada. Pedreira escreveu, ali, versos enaltecedores de Nhá Chica, conservados em um álbum de família. Correram os tempos, Zélia teve 13 filhos, dos quais morreram 4, em tenra idade.

Sabe-se que ela doou os vivos à igreja: 3 sacerdotes e 6 irmãs religiosas. Já no ocaso da vida, Zélia, com ordem especial, entrou, finalmente, para a congregação das Sacramentinas, vindo a falecer em odor de santidade.

Cumprira, assim, quanto dissera Nhá Chica a respeito de Zélia: casara-se, teve muitos filhos, entrando, depois, para uma congregação. O padre Jerônimo Pedreira de Castro, filho de Zélia, celebrando Missa na igreja da Conceição, deixou registro de sua passagem por ali, do qual transcrevemos estas linhas:

“Antes da Missa, o Conselheiro [João Pedreira do Couto Ferraz, meu avô] pediu à Nhá Chica que rezasse suplicando uma graça a Deus por Zélia [minha mãe]. Depois da Missa, Nhá Chica disse ao conselheiro estas palavras admiráveis: **“Esta moça vai se casar, terá muitos filhos, depois, será toda de Nosso Senhor”**

O que, realmente, se realizou.

Como a boa Nhá Chica podia prever que Zélia seria uma fervorosa serva do Santíssimo Sacramento, terminando os dias tão santamente?

Peço a Maria Santíssima bênçãos e favores para todos os habitantes desta cara Baependi e desejo que todos venerem a memória da Santa Nhá Chica e, quem sabe, um dia, Nosso Senhor e Roma a elevarão aos altares?”.

Fotos: arquivo sxc



casa onde viveu Nhá Chica



Santuário Nossa Senhora da Conceição - Baependi

O desejo de Nossa Senhora

Estava, pois, terminada a capela, mas Nossa Senhora queria mais alguma coisa.

Manifestou a sua serva o seu desejo:

– “Querida um órgão para a Igreja.”

Nhá Chica, porém, na sua ingenuidade, não sabia o que era aquilo.

Foi consultar, então, o vigário local, Monsenhor Marcos Pereira Gomes Nogueira, o que era órgão, que Nossa Senhora queria para a capela.

Monsenhor Marcos lhe disse:

– Órgão é um instrumento até muito bonito que toca nas igrejas, mas, para isso, precisa muito dinheiro!...

– Mas Nossa Senhora quer! Na Rua São José, casa 73, no Rio de Janeiro, chegou um.

Mal Nhá Chica tinha manifestado o desejo de Nossa Senhora, começou a chegar, espontaneamente às suas mãos, esmolas para a compra do desejado instrumento. Foi, então, encarregado da compra o senhor Francisco Raposo, competente maestro. Foi ao Rio de Janeiro para efetuar a compra e fazer o despacho até Barra do Piraí, pois, de lá até aqui, teria que vir em carro de bois, por não haver ainda estrada de ferro.

Chegara, enfim, o órgão, Nhá Chica, marca sua inauguração para as três horas da tarde e, para isso, fez ecoar nos ares o som fraco do sino da capela, convidando o povo para entoar louvores à Maria!

Chegaram os devotos e logo a capela se enche. O maestro sobe ao coro e desliza suas mãos sobre o teclado, e “qual sua surpresa?”

Nem uma nota!

O que teria acontecido? “Com certeza estragou-se com a viagem, com a longa caminhada em carro de bois”, diziam uns. Com certeza cederam coisa velha e estragada!”, diziam outros.

Nhá Chica chorava... Cheia de angústia e aflição!...Teria sido enganada?

Acalma-se, porém, e diz:

– Esperem um pouco; tira dos pés as chinelinhas de couro e vai prostrar-se aos pés da Virgem.

O povo espera ansioso. Ela volta calma e serena, e diz:

– Podeis voltar para as suas casas, porque o órgão não tocará hoje, mas amanhã, às três horas. Nossa Senhora quer que entoem a ladainha.

Assim se fez. No dia seguinte, sexta-feira, dia da devoção de Nhá Chica, novamente, o sininho soava nos ares chamando os fieis, que desta vez, foram em número maior, movidos pela curiosidade. E às três horas em ponto, dessa sexta-feira, o maestro, novamente, deslizando suas mãos sobre o teclado, fez ecoar, pela primeira vez, por toda a igreja, ao som do órgão, a linda melodia da ladainha de Nossa Senhora!

As lágrimas desciam dos olhos de Nhá Chica, mas, desta vez, foram lágrimas de alegria e de felicidade.

Até hoje, ainda se encontra na igreja o referido instrumento com seu fole tocado à mão. Era, naquele tempo, impulsionado pelas mãos de Félix, negro serviçal de Nhá Chica.



Oração pela beatificação de Nhá Chica

Ó Pai, que mostrai a Bondade e a Sabedoria do Vosso Filho Jesus, naquelas pessoas que O procuram seguir, e ocultais as novidades do Reino aos sábios e inteligentes, e as revelais aos pequeninos, nós Vos pedimos que a Igreja possa reconhecer oficialmente as virtudes de Amor ao próximo, de Fé profunda e de grande Sabedoria de Vida que concedestes à Vossa Filha e Servidora Francisca de Paula de Jesus - Nhá Chica. Por ter sido de uma vida exemplar, fiel seguidora de Jesus Cristo, devota de Maria Santíssima, e de grande amor à Igreja, nós Vos pedimos que, pela sua valiosa intercessão, Vós nos concedais a graça de que mais temos necessidade. Concedei-nos também, ó Pai, que a seu exemplo, o nosso coração esteja cheio de ardente amor a Vós e ao nosso semelhante. Tudo isso Vos pedimos por intermédio de Jesus Cristo, Vosso Filho, em união com o Espírito Santo. Amém.

O milagre para o processo de Beatificação

A cura aceita pela Comissão de Médicos do Vaticano, que deu início ao processo de Beatificação de Nhá Chica, refere-se a uma professora aposentada de Caxambu, que pediu a intercessão da leiga e teve resolvido – sem necessitar de cirurgia - um problema congênito muito grave no coração.

O fato se deu em 1995 e, desde então, a aposentada faz exames regulares comprovando que o problema jamais voltou.

A graça alcançada pela professora Ana Lúcia Meirelles Leite, 63 anos, foi aceita pelo Vaticano, que analisa o pedido de beatificação da Serva de Deus de Baependi. Ana Lúcia descobriu que tinha um defeito congênito no coração quando foi submetida a exames médicos, logo após uma isquemia, em julho de 1995. Na véspera da cirurgia, a professora foi acometida por uma febre muito alta, que a impediu de realizar a operação, que foi marcada para uma nova data. Qual não foi a surpresa do médico ao constatar que já não existia mais o problema? A abertura no coração havia fechado, sem necessidade de cirurgia.

Médicos de Baependi, Pouso Alegre, Belo Horizonte e São Paulo deram testemunho de que a medicina não explicava o acontecido, que não havia possibilidade de cura sem a cirurgia.

Devotos procuram por Nhá Chica

Inúmeros são os peregrinos que visitam a Igreja de Nhá Chica para agradecer curas inexplicáveis, a harmonia das famílias, um emprego conseguido, a conversão de muitas pessoas.

A Santa de Baependi será a primeira Leiga Brasileira a subir a Honra dos Altares. Afro-descendente, essa mulher humilde, mineira, intercede por todos nós. Com a benção de Deus!

Foto: divulgação



Única foto de Francisca de Paula de Jesus - Nhá Chica

* Membro da Congregação das Irmãs Franciscanas do Senhor

Rosas para Nhá Chica

Luís Giffoni*

Desde menino, em Baependi, onde nasci, escuto falar dos milagres de Nhá Chica. A gente já sabia que ela era santa. Espantava-me a salinha de ex-votos no fundo de sua igreja: braços, mãos, cabeças e pernas que, lá do outro mundo, ela havia consertado. Fotografias dos milhares que alcançaram graças. Agradecimentos escritos à mão, humildes, ternos, chorosos. Impressionava-me a história do fazendeiro que, ao cair do cavalo, todo quebrado, ficou à morte. Bastou uma oração para Nhá Chica, e o impossível aconteceu: os ossos se soldaram. Em minha casa, quando algum objeto sumia, minha mãe pedia-lhe para encontrá-lo. Tiro e queda. Dali a pouco, o objeto ressurgia.

Certa vez, durante a caminhada anual que sai de São Lourenço e, através dos contrafortes da Mantiqueira, chega até o santuário de Baependi, conversei com dezenas de seus devotos. Todos contaram maravilhas da conterrânea. Um deles me falou que o escritor Paulo Coelho, de longe o maior best-seller brasileiro, também era devoto. Aliás, devia sua carreira a ela, como ele próprio teria reconhecido durante a posse na Academia Brasileira de Letras. Segundo ouvi, muitos anos atrás, o autor teria perguntado a Nhá Chica, diante de seu túmulo, o que fazer da vida. Se ela o orientasse, em agradecimento, ele lhe ofereceria uma rosa branca todos os dias. A santa lhe

teria soprado: “Vai ser escritor, Paulo!”. Dito e feito. Ele seguiu o conselho e se tornou um sucesso mundial. Assim que chegamos a Baependi, cansado com a caminhada desde São Lourenço, notei a rosa branca sobre a lápide de Nhá Chica. Era uma rosa de plástico.

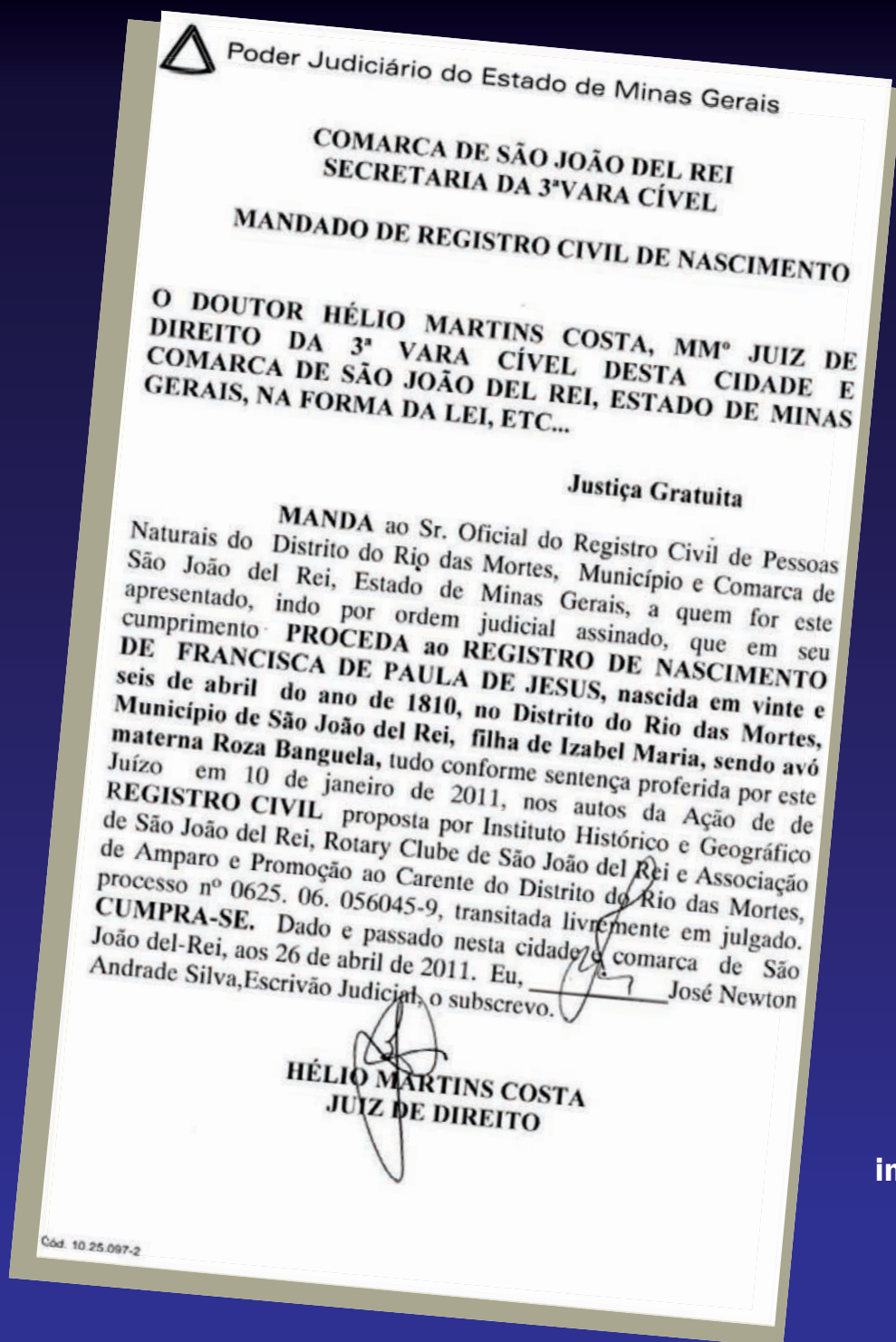
Desde então, venho me coçando de vontade de pedir a Nhá Chica a mesma graça concedida a Paulo Coelho. Só que prefiro pagar antes. Se algum dia aparecer uma dúzia de rosas brancas sobre o túmulo, terei feito o pedido. Em consideração à minha conterrânea, colocarei rosas de verdade. Nhá Chica merece.

***Escritor**

“Desde então, venho me coçando de vontade de pedir a Nhá Chica a mesma graça concedida a Paulo Coelho. Só que prefiro pagar antes. Se algum dia aparecer uma dúzia de rosas brancas sobre o túmulo, terei feito o pedido. Em consideração à minha conterrânea, colocarei rosas de verdade. Nhá Chica merece.”

Nhá Chica de Rio das Mortes Pequeno

Wainer Carvalho Ávila*



“Todavia, sua trajetória a mostra como de forte caráter, líder e inteligente pregadora de ensinamentos cristãos.”

São João del-Rei exhibe ao Brasil um de seus momentos históricos mais relevantes, visto que comemora três séculos de elevação à categoria de “VILLA”, por ato da Coroa Lusa de 08 de dezembro de 1713. No próximo ano mostrará seu valor nos grandes acontecimentos nacionais ao completar trezentos anos como sede geográfica e política da Comarca de Rio das Mortes.

Neste exato momento estamos lembrando 203 anos do batizado da menina Francisca, na Vila do Rio das Mortes, no dia 26 de abril. Ao mesmo tempo, informo que, mandatário do Instituto Histórico e Geográfico de São João del-Rei, ingressei em juízo, em 2006, com ação judicial de Registro Civil Tardio da referida criança, e em 2011 foi prolatada memorável sentença pelo Juiz Helio Martins Costa, da 3ª Vara Cível desta Comarca, determinando a lavratura do registro civil de FRANCISCA DE PAULA DE JESUS, filha de Isabel e neta de Roza Banguela, esta nascida na Vila de S. Miguel de Cajuru, escrava de Custodio Ferreira Braga.

Francisca saiu jovem de Rio das Mortes e, sem motivos conhecidos, passou a vida em Baependi, onde faleceu em 1895, com aura de santidade. Recebeu substancial herança de seu único irmão, Teotônio, que foi vereador, membro da Guarda Nacional e Juiz de Vintena, fortuna que distribuiu à população pobre da localidade. Muito se escreveu sobre Nhá Chica e curas milagrosas justificaram sua santificação pelo Papa Bento XVI, com atos canônicos marcados para 4 de maio de 2013, em Baependi.

O Imperador Pedro II a visitou e a fotografou, e a princesa Isabel atribui a ela a gravidez de seu primeiro filho. Paulo Coelho diz dever seu sucesso literário à intercessão de Nhá Chica, tendo levado à sua pobre casinha “duas rosas vermelhas e uma branca em sinal de agradecimento”.

A Vila de Rio das Mortes Pequeno, bairro de São João del-Rei, tem vestígios da casa de tropeiros onde nasceu Nhá Chica, na Estrada Real, e a capela em que foi batizada em 1810 foi palco de enchente do rio e desapareceu, restando a pia batismal em pedra nobre, muito grande e pesada, que resistiu e pode ser vista na igreja da

Vila. Os potentes alicerces da capela de fazenda de escravos ainda resistem ao tempo e o templo aguarda almas nobres que o queiram restaurar.

Nhá Chica nunca foi alfabetizada, era pobre e, ao que se supõe, de cor negra. Todavia, sua trajetória a mostra como de forte caráter, líder e inteligente pregadora de ensinamentos cristãos.

Médicos do vaticano atestaram sua personalidade e suas curas como de explicação científica impossível, o que é conhecido como “milagre”. Foi criado o Instituto de Estudos e Pesquisas Santa Francisca, a Nhá Chica de Rio das Mortes Pequeno, com CNPJ e conta no Banco do Brasil, cujo objetivo primordial é conhecer e mostrar sua profícua existência e recuperar o patrimônio arquitetônico da Vila de Rio das Mortes, onde foi batizada e viveu até cerca de dez anos de idade.

* presidente do Instituto Nhá Chica de Rio das Mortes

“Paulo Coelho diz
dever seu sucesso
literário à intercessão
de Nhá Chica...”

Foto: arquivo sxc



Emoção e fé

Ivanise Junqueira*

Busquei na memória a primeira vez que fui a Baependi visitar a Igreja de Nhá Chica. Talvez eu tivesse uns seis anos.

Lembro-me de um registro!


Na véspera, minha mãe pediu que eu escolhesse um vestidinho para ser repassado. Não tive dúvidas, escolhi um azul, da cor do céu, do mar e do manto de Nossa Senhora, com detalhes brancos e bordados com florzinhas.

A emoção da viagem, que hoje se faz de carro em questão de minutos, quase não me deixou dormir. Levantamos bem cedo, tomamos um ônibus de São Lourenço para Caxambu e, dali, outro para Baependi. O retorno seria à noite.

Depois do banho, já prontinha, enquanto minha mãe penteava meus cabelos, contou-me uma história que eu já ouvira antes: Nhá Chica, que fora amiga de uma certa tia, a Tia Chiquinha, irmã de minha bisavó, era uma Santa. Tornou-se assim por ser boa, humilde e por ter muita fé. Vivia em oração e conversava com Nossa Senhora.

Era simples, filha de uma escrava, não sabia ler nem escrever. Fazia milagres, ajudava a encontrar animais, curava pessoas doentes ou com problemas graves. Ajudava, principalmente, os pobres e necessitados com as esmolas que recebia.

Nossa viagem, naquele dia, com certeza, teve um motivo especial, o pedido de uma graça.



“Vi o fogãozinho e, na imaginação, ele estava com lenhas queimando, brasas acesas e panelas de ferro com comidas quentinhas fumegando”



Eu, que também ainda não sabia ler nem escrever, pois, fui alfabetizada com sete anos, ficava encantada com a oração da Salve Rainha, sua preferida, e quando minha mãe se referia à oração, rezava comigo. Eu tentava acompanhá-la, aprendi de fato quando me preparei para a primeira comunhão.

Meus pais sempre foram católicos, me passaram princípios da fé, do amor a Deus, a Jesus e Maria e respeito aos santos. Aprendi, também, que santos não fazem milagres, são intercessores diretos com Deus, seres de luz, que na vida terrena foram despojados de vaidade. Viveram em oração, socorrendo os necessitados e, principalmente, faziam jejum, como Nhá Chica...

Antes da saída para a viagem, fomos ao jardim e colhemos alguns botões de rosas, bem fechadinhos. Envolvemos seus caules em papel de seda molhado e acondicionamos em uma bolsa.

O aroma das rosas foi um perfume que nos envolveu na visita a Nhá Chica; lembro-me perfeitamente do rastro do cheiro naquela viagem, na companhia de primas, tias e avó.

Finalmente, quando chegamos à Igreja, foi uma emoção! Primeiro rezamos diante do altar do Santíssimo. Depois, a visita ao túmulo para colocar as rosas quando a noção do tempo se perdia já que minha mãe rezava o terço e tantas outras orações junto das pessoas próximas. Seus olhos ficaram marejados de lágrimas e eu tentava esconder os meus.

A emoção maior, entretanto, para mim, menininha que era, estava ainda por vir. Confesso que de tudo o que eu mais gostara fora a visita à casinha de Nhá Chica. Entrara ali pela ponta dos pés, para não fazer barulho algum, sem tocar em nada. Vi o fogãozinho e, na imaginação, ele estava com lenhas queimando, brasas acesas e panelas de ferro com comidas quentinhas fumegando.

“O aroma das rosas foi um perfume que nos envolveu na visita a Nhá Chica; lembro-me perfeitamente do rastro do cheiro naquela viagem”

“Perdi a conta de quantas vezes voltei àquela Igreja, algumas para pedir e todas para agradecer”

Quadro da Artista Simone Ribeiro - 120x80cm - Foto: Raphael Simões



Olhava para o retrato dela e a transpunha para o quarto pequeno, escuro, com um terço imenso nas mãos a olhar uma lamparina com luz fraquinha, tendo seus olhos fixos em algum crucifixo, perdidos a contemplar o Cristo sacrificado.

No altar, a imagem de Nossa Senhora, que pertenceu à sua mãe, testemunha das orações e conversas com a Mãe de Deus. Minha mãe me deixou ali e foi conversar com as Irmãs para depois rever meninas conhecidas, internas no colégio ao lado.

E eu não me cansava de ficar olhando os retratos, gessos e placas que ali eram deixadas por devotos em agradecimento.

Finalmente, chegou a hora de retornarmos. O coração estava leve com a fé renovada, na certeza de que ainda voltaria ali muitas vezes, como faço até hoje, sempre que posso.

Perdi a conta de quantas vezes voltei àquele Santuário, algumas para pedir e todas para agradecer.

Todos os dias rezo a Salve Rainha, com emoção e fé! Nhá Chica, intercedei por todos nós!

***Ensaísta**

Apenas coincidência... ???

A poucos dias da beatificação, uma preciosa descoberta arqueológica sobre Nhá Chica...

José Antônio de Ávila Sacramento*

No ano de 1810, uma menina Francisca Paula de Jesus, depois apelidada de “Nhá Chica”, foi batizada na primitiva igreja do Distrito de Santo Antônio do Rio das Mortes Pequeno, Município de São João del-Rei - MG. Ainda muito nova, Francisca e o irmão dela, Theotônio, acompanharam a mãe para a cidade sul-mineira de Baependi; foi lá que a formidável obra social e religiosa daquela são-joanense foi realizada, fatos que a elevaram à dignidade de santa.

No distrito são-joanense, aparentemente só existiam as ruínas dos alicerces da antiga igreja, meio que soterrados e esquecidos entre a vegetação, nas margens do Rio das Mortes Pequeno; o local era procurado por visitantes que oravam, pedindo a intercessão de “Nhá Chica” na resolução das vicissitudes terrenas ou agradecendo por graças já recebidas.

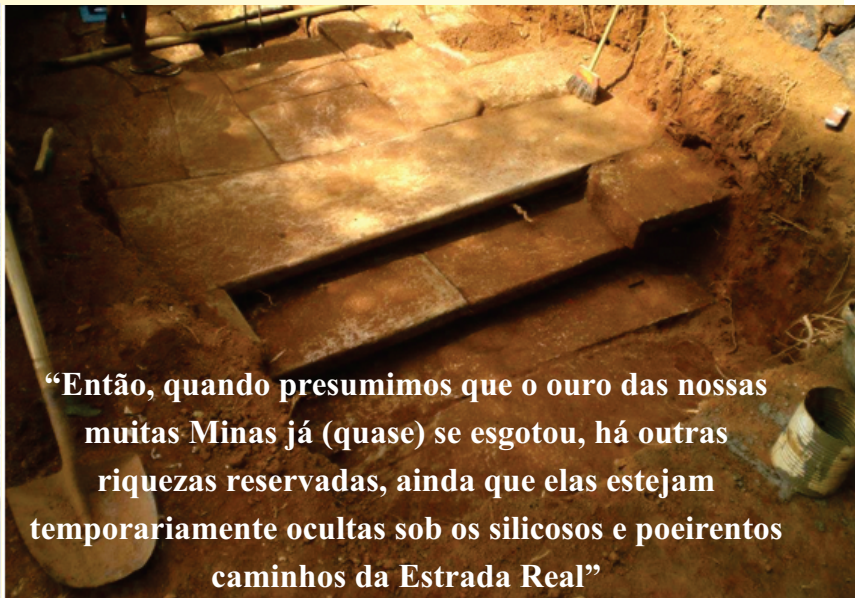
Como sabemos, neste dia 04 de maio de 2013, em cerimônia presidida pela Santa Sé, na cidade de Baependi, Francisca Paula de Jesus será beatificada. Assim, nos dias que antecederam a cerimônia oficial, também a cidade de São João del-Rei e o seu Distrito de Santo Antônio do Rio das Mortes Pequeno se engalanaram e prestaram homenagens a “Nhá Chica”.

Foto: Adriana Zim



“só assim é que poderemos desfazer lentamente a impressão de que ainda somos um povo sem os devidos cuidados com a nossa memória.”

As ruínas ficam no meio da vegetação, às margens do Rio das Mortes Pequeno



“Então, quando presumimos que o ouro das nossas muitas Minas já (quase) se esgotou, há outras riquezas reservadas, ainda que elas estejam temporariamente ocultas sob os silicosos e poeirentos caminhos da Estrada Real”

Piso descoberto nas escavações arqueológicas

Guiados por espírito devotivo e atitude memorial, na segunda quinzena de abril, alguns naturais do distrito, orientados pelo escultor sacro são-joanense Osni Paiva, acorreram ao sítio onde existiu a igreja na qual a beata foi batizada, para preparar o terreno visando a instalação da réplica de uma pia batismal; a peça é uma cópia da original, que se acredita ser oriunda do primitivo templo e que ora encontra-se instalada na igreja da sede do distrito (a crença é que foi nela que “Nhá Chica” recebeu o batismo). Durante o serviço, ao tentarem cavar um buraco para instalar a base da pia, por acaso, as ferramentas alcançaram pedras; para prosseguir com o trabalho, resolveram remover a terra e acabaram por achar soterrado o piso original do batistério da capela, todo assoalhado de pedras.

Trata-se a descoberta do piso da antiga igreja de precioso achado arqueológico que muito representa para a história da região da antiga Comarca do Rio das Mortes, bem como para a memória de Minas Gerais e do Brasil. Há registros de que naquela primitiva capela, no ano de 1722, instalou-se o Compromisso da Irmandade de Santo Antônio do Rio das Mortes Pequeno. O local foi também onde se casaram, em 29 de junho de 1724, Júlia Maria da Caridade e Diogo Garcia da Cruz (ela, ilhoa do Faial, arquipélago dos Açores, por isso conhecida uma das “Três Ilhoas”) que se constituíram em importante tronco de uma descendência enorme, que se espalhou por Minas Gerais, São Paulo, Goiás e por outros quadrantes da nação.

O histórico sítio, apesar dos muitos esforços já feitos neste sentido, ainda não está oficialmente protegido e nem mereceu a devida atenção para abertura de processo visando ao seu tombamento

pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural de São João del-Rei, onde este articulista atua como conselheiro; a esperança é a de que doravante, com estas novas descobertas, tal procedimento possa vir a ser exitoso.

Então, quando presumimos que o ouro das nossas muitas Minas já (quase) se esgotou, há outras riquezas reservadas, ainda que elas estejam temporariamente ocultas sob os silicosos e poeirentos caminhos da Estrada Real. Diante desta e de outras descobertas, cabe a nós estarmos sempre atentos para compreender o que essas preciosidades querem nos mostrar ou o que elas insistem em nos dizer. A filosofia existencial de hoje é a filosofia da cultura, isto é, dos valores, dos bens criados ou imaginados pela civilização, quer sejam eles materiais ou espirituais. Esses bens são aquisições portadoras do mais profundo sentido vital e racional, são capazes de constituir um rumo para as pessoas, para as gerações vindouras e para os destinos dos diversos povos: é o que chamamos de racionalidade da cultura.

Assim, torna-se necessário garimpar e respeitar toda esta riqueza, (re)começando a prestigiar as nossas mais profundas raízes culturais e religiosas. Estas ricas raízes estão à espera de serem desenterradas, a exemplo das ruínas desta igreja, e, depois, estudadas para que sejam colocadas num contexto bem mais compreensível. Acredito que só assim é que poderemos desfazer lentamente a impressão de que ainda somos um povo sem os devidos cuidados com a nossa memória.

***Membro do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural de São João del-Rei - MG**

**Imagem oficial*
de Nhá Chica
a partir de
04 de maio de 2013**



***feita pelo Escultor Sacro
são-joanense Osni Paixa**

Caminho do comércio:

Ilustrações: acervo do autor



Em bora amplamente divulgada na mídia, ainda há muito que se descobrir sobre a chamada Estrada Real, que não se trata de um caminho único como a designação, no singular, sugere. Na verdade, Estrada Real é um conceito amplo que designava, nos séculos XVII, XVIII e XIX, as várias estradas públicas oficialmente reconhecidas pelo Governo Português. Assim, ela abrange todos os antigos caminhos que em tempos passados foram percorridos por bandeirantes, tropeiros, índios, comerciantes e aventureiros nas capitanias das Minas Gerais, de São Paulo, do Rio de Janeiro, da Bahia, etc. Na região sudeste a Estrada Real ligava as áreas de produção de ouro (Ouro Preto) e diamantes (Diamantina) aos portos de Parati e diretamente ao Rio de Janeiro.

Os dois mais conhecidos caminhos que integram o complexo emaranhado de vias de comunicação coloniais são os seguintes: a) **o Caminho Velho**, que ligava São Paulo e Rio de Janeiro às minas, passando por Parati, Taubaté, Guaratinguetá, Baependi, Carrancas e São João del-Rei; b) **o Caminho Novo**, concluído em 1725, que passou a substituir o Caminho Velho como rota de acesso do Rio de Janeiro às minas de Ouro Preto, passando por Paraíba do Sul, Matias Barbosa, Juiz de Fora, Barbacena, Conselheiro Lafaiete e Ouro Branco.

Esses caminhos eram fiscalizados e policiados pela Coroa portuguesa, que neles instalava postos de controle do tráfego de pessoas, animais, mercadorias e minerais - os chamados registros -, onde se pagavam taxas devidas ao Estado e se verificavam documentos dos viajantes.

Mas existe uma rota ainda quase inexplorada e muito pouco conhecida integrante das antigas Estradas Reais: o “Caminho do Comércio” ou “Caminho do Rio Preto”, uma variante que foi aberta no início do século XIX para facilitar o trânsito de comerciantes, mercadorias e tropeiros entre São João del-Rei e o Rio de Janeiro.

No ano de 1811 a Junta do Real Comércio do Rio de Janeiro deu início à abertura de um caminho que, partindo da Corte, passava por Iguassu Velho e rumava em direção ao Vale do Rio Preto, com destino final à Vila de São João del-Rei, obra que foi continuada pela Intendência de Polícia e terminada em 1822, recebendo a denominação de Real Caminho do Comércio, ou Caminho do Rio Preto. Consta que o caminho foi aberto, sobretudo, para atender aos interesses comerciais do potentado João Rodrigues Pereira de Almeida, primeiro e único barão de Ubá, magistrado, fazendeiro, político e comerciante, dono de propriedades rurais em Vassouras, Valença e em São João del-Rei, além de navios negreiros, imóveis no Rio de Janeiro e Lisboa.

Mais uma Estrada Real nas Minas Gerais

Marcos Paulo de Souza Miranda*

Essa rota, que partia do Caminho Novo em trecho compreendido entre os atuais municípios de Pati do Alferes – RJ e Paraíba do Sul – RJ, seguia em direção a Vassouras-RJ e depois passava pelos antigos arraiais mineiros de Rio Preto, Bom Jardim, Turvo (atual Andrelândia), Madre de Deus, Rio das Mortes e, finalmente, chegava à Vila de São João del-Rei, importante sede da Comarca do Rio das Mortes.



No ano de 1819, o cientista francês Auguste de Saitn-Hilaire, na sua viagem às nascentes do Rio São Francisco, passou pelo caminho de Rio Preto, que "fazia três anos que tinha sido aberto ao público e era a Antônio Francisco de Azevedo, que devia ser dado o crédito da empreitada". Ainda segundo o historiador francês, Antônio Francisco de Azevedo comprava todos os anos de cinco a oito mil bois para enviá-los à Capital e a ele fôra prometido que se tornasse tal caminho transitável para carros de bois, todos os animais que enviasse ao Rio de Janeiro, pelo resto de seus dias, ficariam isentos de impostos.

O largo uso do Caminho para a condução de bois e porcos explica a função de alguns curiosos vestígios ainda existentes na região de Andrelândia, onde se podem visualizar pontos em que a antiga estrada, com alguns metros de largura, era delimitada lateralmente por profundos valos paralelos cavados na terra. Esses valos facilitavam sobremaneira a condução dos animais, que, ante os obstáculos laterais, seguiam pelo leito da estrada sem possibilidade de extravio.

Segundo o Mapa da exportação de produtos e manufaturas da Província de Minas Gerais pelo Registro do Rio Preto no primeiro semestre de 1831, passaram pelo Registro do Rio Preto em direção ao Rio de Janeiro, durante os primeiros seis meses, seguindo o Caminho do Comércio: 1.669 cabeças de gado, 2.400 porcos vivos, 3.865 arrobas de toucinho, 24.378 varas de pano grosso, 15.323 cestos de queijos, 191 arrobas de fumo, 186 selarias, 209 carneiros e 1.261 galinhas.

Todos esses produtos eram transportados por meio de tropas, que voltavam do Rio de Janeiro carregadas principalmente de sal, azeite, vinho, vinagre e produtos de uso cotidiano como lampiões, ferramentas etc.

O Caminho do Comércio é, sem dúvida alguma, uma importantíssima variante da Estrada Real e ao seu longo existe um número enorme e variado de atrativos culturais e paisagísticos, além de vários locais para a prática do chamado Ecoturismo.

As fazendas coloniais da região de Valença e Vassouras, no Estado do Rio de Janeiro; as belas cachoeiras e os tanques de criação de trutas da região compreendida entre Rio Preto e Bom Jardim; a arquitetura colonial, os sítios arqueológicos, as frutas, os doces, o queijo e a cachaça de qualidade produzidos na região de Andrelândia; as fazendas e igrejas centenárias, as serras e as tradições folclóricas da região de Madre de Deus de Minas são pequenos exemplos do imenso e pouco conhecido potencial turístico desse caminho, que ainda precisa ser melhor conhecido e divulgado.

Para saber mais:

<http://www.caminhodocomercio.blogspot.com.br/>



O naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire percorreu o Caminho do Comércio em 1819



Tropeiro conduzindo animais carregados de mercadorias – Jean-Baptiste Debret

*** Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais**



TODAS AS PORTAS DA ASSEMBLEIA ESTÃO ABERTAS PARA VOCÊ.

Participar da vida política é direito de todo cidadão. Por isso, a Assembleia facilita o acesso para você chegar à Casa do Povo.

Você pode acompanhar o trabalho dos parlamentares, consultar os projetos e as notícias e apresentar sugestões.

Acesse a Assembleia pela internet, TV ou telefone. Ou venha aqui pessoalmente. Fique à vontade, a Assembleia é a sua Casa.

Acesse: www.almg.gov.br

Assista: TV Assembleia em BH, canal 35 UHF

Fale: Centro de Atendimento ao Cidadão (31) 2108 7800

Venha: Rua Rodrigues Caldas, nº 30 Santo Agostinho Belo Horizonte. Atendimento das 7h30 às 20h.



**ASSEMBLEIA
DE MINAS**

Poder e Voz do Cidadão



iNDIC
INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO E
INTEGRAÇÃO CULTURAL



TURISMO PEDAGÓGICO E PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

MUSEU DAS REDUÇÕES:

www.museudasreducoes.com.br

Rua São Gonçalo, 131 - Amarantina - Ouro Preto - 35400-000

Tel.: (31) 3553-5182 / museudasreducoes@gmail.com